

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

DAVID DA SILVA NUNES

**A CORRELAÇÃO ENTRE DETERMINADAS DESPESAS PÚBLICAS E OS  
INDICADORES IDH-M E IFDM NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO**

VITÓRIA-ES

2020

DAVID DA SILVA NUNES

**A CORRELAÇÃO ENTRE DETERMINADAS DESPESAS PÚBLICAS E OS  
INDICADORES IDH-M E IFDM NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação  
Stricto-senso em Gestão Pública da Universidade Federal  
do Espírito Santo como requisito para a obtenção do  
título de Mestre em Gestão Pública – Mestrado  
Profissional.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Henrique Lima Faria

VITÓRIA-ES

2020

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

N972c NUNES, DAVID DA SILVA, 1979-  
A correlação entre determinadas despesas públicas e os indicadores IDH-M e IFDM na gestão pública municipal no Estado do Espírito Santo / DAVID DA SILVA NUNES. - 2020. 91 f. : il.

Orientador: LUIZ HENRIQUE LIMA FARIA.  
Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Gestão Pública. 2. Despesa Pública. 3. Indicador de Efetividade. 4. Desenvolvimento Humano. 5. Desenvolvimento Municipal. I. FARIA, LUIZ HENRIQUE LIMA. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 35

---

**DAVID DA SILVA NUNES**

**A CORRELAÇÃO ENTRE DETERMINADAS DESPESAS PÚBLICAS E OS INDICADORES IDH-M E IFDM NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Aprovado em 06 de março de 2020.

**COMISSÃO EXAMINADORA**



---

**Prof. Dr. Luiz Henrique Lima Faria**  
Orientador



---

**Prof. Dr. Rafael Buback Teixeira**  
Membro Interno



---

**Prof. Dr. Rodrigo Loureiro Medeiros**  
Membro Externo

## **AGRADECIMENTOS**

Venho por meio deste, expressar meus sinceros agradecimentos a toda minha família, a minha esposa Paula Santos de Oliveira Nunes e aos meus filhos Arthur Oliveira Nunes e Clara Oliveira Nunes pelo apoio e compreensão nos momentos de dificuldades e nos momentos de ausências, pois foram muitos ao longo desses dois anos que estive dedicado a concluir mais essa etapa da minha vida.

Agradeço também a toda equipe de professores, servidores e discentes do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, pois desempenharam um papel exemplar na promoção do conhecimento e desenvolvimento estudantil e profissional.

Aos professores membros da banca examinadora agradeço pelas sugestões de melhorias e presteza durante a qualificação, mostrando a direção a ser seguida para o alcance do sucesso da pesquisa.

Em especial, agradeço aos professores Dr. Luiz Henrique Lima Faria e Dr. Rafael Buback Teixeira, pois apoiaram e aperfeiçoaram minha ideia para o problema de pesquisa e me indicaram um caminho a trilhar, com críticas e sugestões que serviram para aprimorar e engrandecer o presente trabalho.

Portanto, fica aqui meu muito obrigado a todos os envolvidos.

*“Em gestão pública é preciso ter visão de curto, médio e longo prazo, de ver as necessidades reais; e agir de forma que os erros sejam corrigidos, as necessidades sejam supridas, e todos sejam beneficiados, sempre prezando pelo respeito como seres humanos. Afinal, ninguém e nada é propriedade eterna.”*  
(Adm. Denis Carvalho).

*“A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original.”*  
(Albert Einstein)

## RESUMO

Este projeto visa entabular uma pesquisa do campo da Gestão Pública, mais especificamente, nos estudos sobre os índices de mensuração da efetividade das políticas públicas. Seu objetivo é verificar se existe correlação entre os índices IDH-M (índice de desenvolvimento humano municipal) e IFDM (índice Firjan de desenvolvimento municipal) e os diversos grupos de despesas públicas municipais. Para a realização do presente estudo serão utilizados os dados de despesas públicas e dos citados indicadores de todos os 78 municípios do Estado do Espírito Santo (ES) buscando, por meio da técnica estatística Correlação de Pearson, evidenciar o nível de correlação entre o volume de despesas públicas específicas aplicadas entre 2002 e 2010 e os resultados obtidos no IDH-M e no IFDM de 2010.

Palavras-Chaves: IDH-M, IFDM, Indicador de Efetividade, Desenvolvimento Humano e Municipal, Despesa Pública, Gestão Pública Municipal, Espírito Santo.

## **ABSTRACT**

This project aims to carry out a more specific field of Public Administration research in the studies on the measures of effectiveness measurement of public policies. Its objective is to verify whether there is a correlation between the HDI-M (municipal human development index) and IFDM (Firjan municipal development index) indices and the various municipal public expenditure groups. For this study, we will use public expenditure data and cited indicators from all 78 municipalities of Espírito Santo (ES), seeking, through the Pearson correlation statistic, to highlight the level of correlation between the volume of expenses. specific public policies applied between 2002 and 2010 and the results obtained in the HDI-M and IFDM 2010.

Keywords: HDI-M, IFDM, Effectiveness Indicator, Human and Municipal Development, Public Expenditure, Municipal Public Management, Espírito Santo.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação do IDH.....	28
Tabela 2 – Classificação do IFDM.....	29
Tabela 3 – Nível de Correlação de Pearson.....	32
Tabela 4 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 2010.....	34
Tabela 5 – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal de 2010.....	35
Tabela 6 – Resultado do Coeficiente de Pearson: Volume de Despesas x IDH-M de 2010....	37
Tabela 7 – Resultado do Coeficiente de Pearson: Volume de Despesas x IFDM de 2010.....	37
Tabela 8 – Resultado do Coeficiente de Pearson: % de Despesas x IDH-M de 2010.....	38
Tabela 9 – Resultado do Coeficiente de Pearson: Despesas <i>Per Capita</i> x IDH-M de 2010....	39

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Componentes do indicador IFDM.....	29
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ES	Espírito Santo
CF	Constituição Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IFGF	Índice Firjan de Gestão Fiscal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público
NA	Não Aplicado
NGP	Nova Gestão Pública
ONU	Organização das Nações Unidas
PNDU	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PPA	Plano Plurianual
PIB	Produto Interno Bruto

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
1.1 ESQUEMA GERAL DA PESQUISA.....	15
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA .....	16
1.3 OBJETIVO GERAL.....	16
1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	16
1.5 JUSTIFICATIVA .....	16
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>17</b>
2.1 TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	17
<b>2.1.1 Teoria da Nova Gestão Pública .....</b>	<b>19</b>
<b>2.1.2 Teoria Democrática .....</b>	<b>21</b>
2.2 DESPESAS PÚBLICAS E A RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO HUMANO	23
2.3 ÍNDICES DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA.....	25
<b>2.3.1 IDH-M – Definições e Objetivos.....</b>	<b>27</b>
<b>2.3.2 IFDM – Definições e Objetivos.....</b>	<b>28</b>
<b>3 METODOLOGIA DE PESQUISA .....</b>	<b>30</b>
3.1 DESCRIÇÃO DA PESQUISA.....	30
3.2 MÉTODOS DE COLETA DE DADOS.....	31
3.3 TÉCNICAS ESTATÍSTICAS E ANÁLISES .....	31
<b>4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.....</b>	<b>33</b>
4.1 DADOS E RESULTADOS OBTIDOS.....	33
4.2 CORRELAÇÃO DE PEARSON IDH-M X IFDM.....	39
4.3 IDENTIFICAÇÃO DA FAIXA PERCENTUAL DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS.....	40
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>43</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>48</b>
<b>APÊNDICE A – PRODUTO TÉCNICO RESULTANTE DA DISSERTAÇÃO .....</b>	<b>49</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>52</b>
<b>ANEXO A – DADOS DAS DESPESAS PÚBLICAS COM EDUCAÇÃO .....</b>	<b>53</b>
<b>ANEXO B – DADOS DAS DESPESAS PÚBLICAS COM SAÚDE .....</b>	<b>57</b>

<b>ANEXO C – DADOS DAS DESPESAS PÚBLICAS COM SANEAMENTO.....</b>	<b>61</b>
<b>ANEXO D – DADOS DAS DESPESAS PÚBLICAS COM AGRICULTURA .....</b>	<b>65</b>
<b>ANEXO E – DADOS DAS DESPESAS PÚBLICAS COM HABITAÇÃO .....</b>	<b>69</b>
<b>ANEXO F – DADOS DAS DESPESAS PÚBLICAS COM INDÚSTRIA.....</b>	<b>73</b>
<b>ANEXO G – DADOS DAS DESPESAS PÚBLICAS COM SEGURANÇA PÚBLICA ..</b>	<b>77</b>
<b>ANEXO H – DADOS DAS DESPESAS PÚBLICAS COM TRABALHO .....</b>	<b>81</b>
<b>ANEXO I – DADOS DAS DESPESAS PÚBLICAS COM TRANSPORTE.....</b>	<b>85</b>
<b>ANEXO J – DADOS DAS DESPESAS PÚBLICAS COM URBANISMO.....</b>	<b>89</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A evolução da sociedade ao longo dos anos é algo inegável e pode ocorrer de forma natural pela evolução do ser humano e pela ação do próprio homem. Nas últimas décadas o desafio do administrador público é efetuar uma gestão eficiente e eficaz, prestando serviços de qualidade e, por conseguinte melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

No Brasil, historicamente, as políticas públicas são marcadas pela corrupção, com destaque para o desvio e a apropriação indevida de recursos públicos. Isso pode ser considerado um dos motivos pelo atraso no desenvolvimento humano da sociedade brasileira quando comparada a outras nações mais desenvolvidas. Mesmo assim, as políticas de desenvolvimento econômico, implementadas no Brasil no século passado, proporcionaram o aumento da concentração de renda, ocasionando com isso problemas de exclusão social e cultural, além de graves problemas de infraestrutura, saneamento básico, educação e saúde pública. (GEHRKE; BORBA; FERREIRA, 2017; ROCHA *et al.*, 2019; ARRAIS, 2019).

A constituição de 1988 descentralizou a gestão pública municipal, estadual e federal, contribuindo para que os gestores públicos atuassem com foco nos problemas locais e regionais. Em contrapartida, a comunidade passou a ter uma participação mais efetiva na cobrança por resultados das políticas públicas implementadas (BRASIL, 1988).

Dentro desse contexto, estudar a efetividade da aplicação dos recursos públicos e o impacto da gestão pública na vida das pessoas é um desafio que devemos aprimorar como cientistas, pois nesse caminho contribuiremos para uma melhora da qualidade de vida da sociedade.

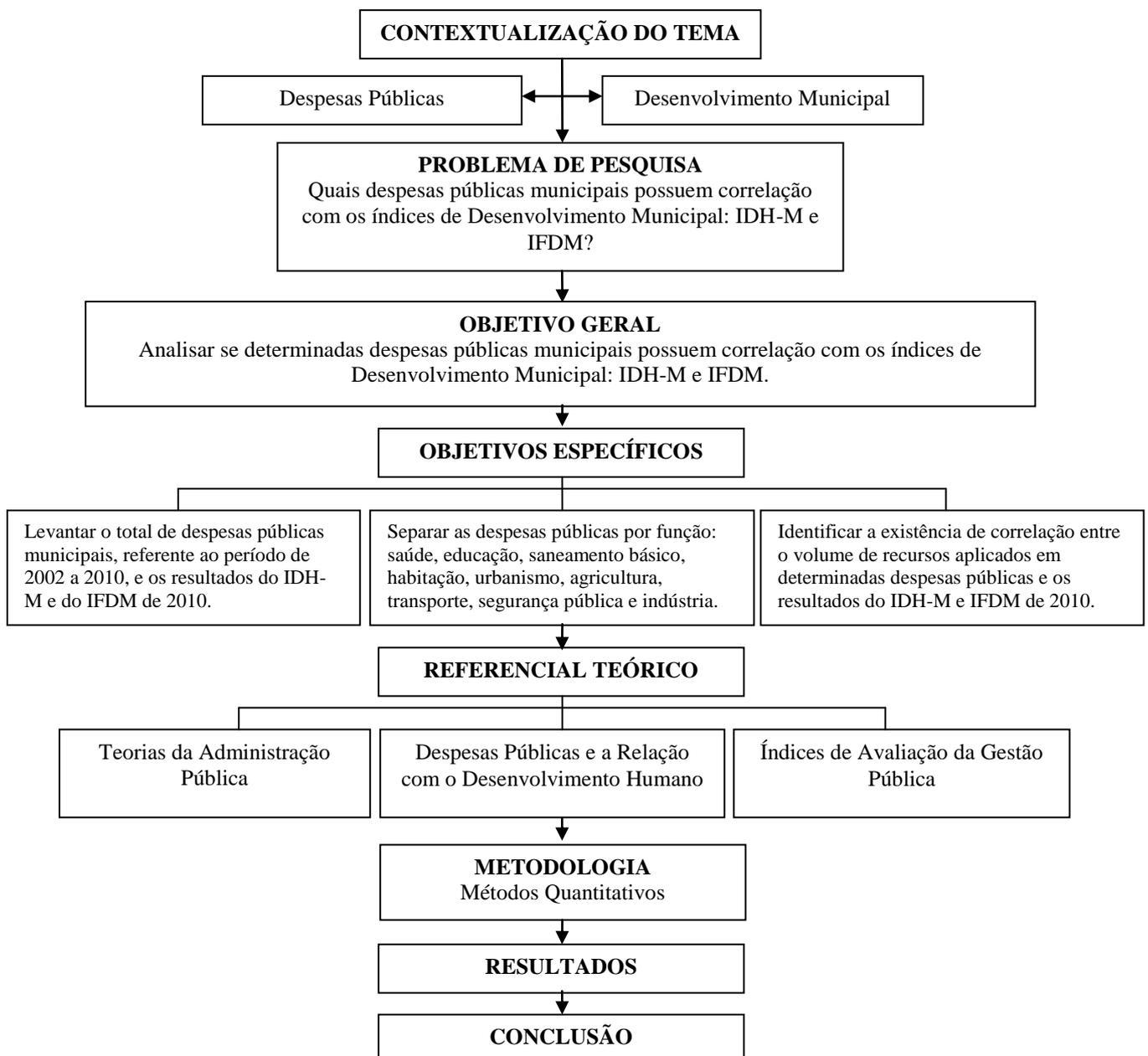
Diante dos estudos sobre a efetividade das despesas públicas para o desenvolvimento socioeconômico, a questão de pesquisa a ser respondida por esse trabalho é: quais despesas públicas, por função, executadas pelos municípios capixabas de 2002 a 2010 possuem correlação com os índices de desenvolvimento municipal IDH-M e IFDM de 2010?

Nessa direção, na presente pesquisa, será aplicada a Correlação de Pearson como ferramenta estatística, buscando verificar se algumas ações do gestor público, expressadas pelo montante de gastos públicos, contribuem com a evolução socioeconômica municipal. Para isso, será utilizado, como *proxy* de desenvolvimento socioeconômico, os índices: Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDH-M) e Índice Firjan de Desenvolvimento

Municipal (IFDM) do Estado do Espírito Santo. Já os agrupamentos de gastos públicos de 2002 a 2010 serão tratados como *proxy* da ação do gestor público.

Em síntese, este trabalho usará métodos estatísticos para alcançar a finalidade central de verificar quais despesas públicas se correlacionam com o IDH-M e o IFDM. Dessa forma, propiciará explicações sobre o fenômeno em estudo, oferecendo uma contribuição para a melhoria do processo de gestão pública dos municípios.

### 1.1 ESQUEMA GERAL DA PESQUISA



## 1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Quais despesas públicas, por função, executadas pelos municípios capixabas de 2002 a 2010 possuem correlação com os índices de desenvolvimento municipal IDH-M e IFDM de 2010?

## 1.3 OBJETIVO GERAL

Analisar se determinadas despesas públicas executadas pelos municípios do Espírito Santo, de 2002 a 2010, possuem correlação com o IDH-M e o IFDM de 2010.

## 1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Levantar o total de despesas públicas de todos os 78 Municípios do Estado do Espírito Santo, referente ao período de 2002 a 2010, e os resultados do IDH-M e IFDM de 2010 dos Municípios em estudo.
- Separar as despesas públicas por função: saúde, educação, saneamento básico, habitação, urbanismo, trabalho, agricultura, transporte, segurança pública e indústria.
- Identificar a existência de correlação entre o volume de recursos aplicados em determinadas despesas públicas executadas (2002 a 2010) e os resultados do IDH-M e do IFDM de 2010.

## 1.5 JUSTIFICATIVA

Demonstrar aos gestores públicos municipais que a aplicação de maior volume de recursos em determinadas despesas públicas pode propiciar a obtenção de melhores resultados no IDH-M e no IFDM, por conseguinte, elevar o nível de desenvolvimento humano e municipal.

Evidenciar para os prefeitos e para a sociedade que o IDH-M e o IFDM podem ser usados como indicadores para avaliar a efetividade dos gastos públicos municipais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse capítulo é realizado um breve resumo sobre teorias da administração pública, despesas públicas e a relação com o desenvolvimento humano e índices de avaliação da gestão pública.

A Teoria da Nova Gestão Pública e a Teoria Democrática serão a base referencial para a argumentação do fenômeno em estudo.

### 2.1 TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A complexidade e o dinamismo da Administração Pública a torna uma das áreas de estudo pouco explorada pela comunidade acadêmica, a pesar de muitos estudos serem elaborados e publicados, os resultados para a aplicação prática no Brasil ainda são inexpressivos, contribuir com a formação de conhecimento técnico e científico também é uma das metas dessa pesquisa.

É sabido e comprovado cientificamente que o planejamento tem papel fundamental em qualquer administração. E na administração pública isso não poderia ser diferente. Na gestão pública o planejamento está intimamente ligado ao orçamento público, pois é por meio deste que os objetivos, metas e diretrizes são traçados, seja por meio do plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual.

É na lei orçamentária anual que os objetivos e metas são materializados para poderem ser executados e se tornarem realidade para uma comunidade.

Está evidente, pelo senso comum, que a maximização do desenvolvimento municipal e desenvolvimento humano são as metas maiores de qualquer administração pública. Conhecer e divulgar formas, métodos e práticas que contribuem para a obtenção desse êxito, podem direcionar os gestores públicos na eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas implementadas.

A eficiência é um dos princípios consagrados pela nossa Constituição Federal de 1988, pois em seu artigo 37 expressa claramente a importância do dever de obediência a esse princípio pelos entes da administração direta e indireta de todos os poderes, seja da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Alcançar a eficiência na administração pública brasileira tem se demonstrado ser um grande desafio, podemos identificar isso de forma tão óbvia, que transcendem a qualquer literatura de administração pública no Brasil. A evidência está no histórico do desenvolvimento nacional, que demonstra como a evolução da sociedade brasileira caminha a passos lentos.

Esta pesquisa visa mostrar de forma simples e prática em quais áreas os recursos públicos devem ser direcionados com maior ênfase e investimentos, pois acreditamos que é por meio do orçamento público que um administrador público faz a gestão dos recursos públicos e que um bom planejamento é aquele que traça métodos e caminhos para se atingir suas metas.

Em nosso caso, a maximização do desenvolvimento humano e do desenvolvimento municipal é o que os prefeitos devem perseguir. Entre os meios disponíveis para fazer essa aferição escolhemos os indicadores IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios) e IFDM (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal), pois são indicadores reconhecidos nacionalmente além de serem de fácil acesso por meio de banco de dados abertos e sítios eletrônicos.

Encontrar a correlação entre o volume de determinadas despesas públicas aplicadas em período passado e os resultados desses indicadores (IDH-M e IFDM) e fazer uma convergência dos resultados obtidos, tem como meta indicar aos gestores municipais o caminho a ser seguido para o desenlace de uma administração pública eficiente, eficaz e principalmente, uma administração pública efetiva, pois a efetividade está diretamente ligada a obtenção de um efeito real, um efeito que atinja as pessoas em suas vidas cotidianas.

Entender que a gestão macro do orçamento público, mais especificamente, uma boa gestão das despesas públicas pode ser um dos pilares para se auferir uma evolução social cada vez mais ágil e consistente. Atendendo assim, os anseios de uma sociedade cada vez mais impaciente e voraz pela melhora da qualidade de vida.

Visando compreender e explicar esse raciocínio, iremos nos debruçar por algumas teorias científicas, pois nenhuma correlação estatística, por mais forte que seja, é capaz de indicar uma relação de causa e efeito perfeita (LOUZANO *et al.*, 2019), por isso é necessário um forte embasamento teórico para o arremate de nossas conclusões.

Dentre as diversas teorias existentes na Administração Pública discursaremos pelas seguintes: teoria da Nova Gestão Pública e teoria Democrática, pois acreditamos que estas duas teorias estão ligadas e convergem para a explicação do problema de pesquisa proposto neste trabalho.

### **2.1.1 Teoria da Nova Gestão Pública**

Segundo Junquillo (2010) as reformas gerências dos Estados ocorreram de forma profunda e interligadas sobre o contexto tecnológico, o contexto político e o contexto econômico, devido ao crescimento das tecnologias de informação, ao encerramento da guerra fria e à globalização, respectivamente, tendo início a partir dos anos 70.

Para o autor, os princípios da Nova Gestão Pública não foram implementados pelos países seguindo uma cartilha padrão, cada Estado adotou suas diretrizes segundo suas particularidades e crenças, mas todos com o mesmo objetivo que era a busca pela eficiência, eficácia e principalmente a efetividade da Administração Pública.

O Reino Unido, pioneiro da Nova Gestão Pública, conseguiu a redução do gasto do setor público, introduzindo sistemas informatizados, descentralização orçamentária, terceirização, responsabilização dos gestores públicos, sendo possível o controle das receitas e despesas de acordo com os objetivos e metas definidas (JUNQUILHO, 2010).

No Estado brasileiro, a reforma gerencial do Estado foi iniciada em 1998 por Luiz Carlos Bresser-Pereira, ministro do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Paula (2005) descreve o Estado Gerencial brasileiro como uma formação enxuta, flexível, ágil, descentralizada, avançada em tecnologias informacionais, contando com uma reengenharia, terceirização, redução de níveis hierárquicos, implantação de ferramentas de gestão do setor privado e qualidade total. Aqui o Estado burocrático, lento e ineficiente, é sobreposto pelo Estado Gerencial, que foca a efetividade e a conquista de resultados.

Corroborando com esse pensamento, Moreira (2019) complementa que um dos legados deixados pela reforma administrativa tem ligação com uma série de ideias vinculadas à Nova Gestão Pública, tais como: “(a) a utilização de indicadores para guiar as políticas públicas, (b) a contratualização de serviços públicos, (c) a montagem de um modelo administrativo mais flexível e com gestores públicos mais autônomos e responsáveis.”

(BRESSER-PEREIRA, 1998; LOUREIRO; ABRUCIO; PACHECO, 2010 apud MOREIRA, 2019, p. 48).

Para Coelho (2000), o gerencialismo governamental caracteriza-se por utilizar formas modernas de administração pública, adotando-se formas de controle dos serviços públicos, enfatizando-se a eficiência, a eficácia e a qualidade, concretizando o regime democrático e uma maior participação dos cidadãos.

Ressalta ainda, que a “*new public management*” não se iguala com o “*management*” privado, pois o contexto e os objetivos são totalmente diferentes. Aqui os exemplos e ferramentas do setor privado são adaptados à realidade do serviço público, visando à eficiência e o controle dos resultados (COELHO, 2000).

Portanto, as reformas administrativas, ocorridas a partir desse período, estiveram focadas no avanço do desempenho estatal, através da melhoria da relação custo-benefício dos serviços públicos, ampliação da transparência das políticas públicas, esforço acentuado em atender as demandas sociais e prestação de serviços públicos de qualidade.

A maximização da utilização de recursos públicos em busca de maiores índices de produtividade e efetividade. A orientação maior não se deu por uma redução inconsequente do tamanho do Estado, mas sim por sua reinvenção, mais atento às demandas do cidadão tomado como cliente (JUNQUILHO, 2010, p.80).

Assim, este trabalho está conectado à Nova Gestão Pública, uma vez que busca detectar o nível de correlação entre determinadas despesas públicas e indicadores de desempenho municipal, indicadores estes, que medem os resultados das políticas públicas adotadas pelos gestores públicos.

Identificar quais despesas públicas pode acelerar a evolução de uma sociedade, pode auxiliar os gestores públicos na tomada de decisão no momento da elaboração dos orçamentos públicos, seja o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, ou seja, planejando uma maior aplicação de recursos públicos em despesas que promovem uma melhoria acentuada na qualidade de vida das pessoas, focando com isso, a obtenção de melhores resultados, um dos princípios basilares da “*new public management*”.

### 2.1.2 Teoria Democrática

A Democracia é uma forma de organização das instituições políticas, contendo regras eleitorais e um sistema de divisão de poderes entre o executivo, legislativo e judiciário, sem a existência de superioridade entre eles.

Em sua obra Downs (1999) define que um governo democrático é aquele escolhido periodicamente por meio de eleições populares nas quais dois ou mais partidos competem pelos votos de todos os adultos, sua função é formular e executar políticas governamentais, desempenhar sua função social visando à maximização do bem-estar social.

Destarte, o conceito de democracia no cenário atual possui uma grande dimensão e pode ser traduzido de diversos ângulos e concepções. Com as transformações ocorridas na sociedade a democracia liberal, moderna e representativa veio ganhando força. Hoje, a “democracia não tem a ver apenas com governo, com voto, com política institucional, com atividades ligadas ao Estado, mas com um conjunto de *interfaces sociais* pré-políticas que definem o “capital social” como uma forma qualitativa de interação social”. (BITTAR, 2016, p. 17).

Seguindo esse raciocínio, numa democracia moderna vários atores atuam em nome da sociedade e do Estado, existindo uma participação cívica na política e uma dinâmica societária. Nesta organização um conjunto de movimentos, entidades e associações atuam como mediadores entre o Estado e os cidadãos.

Dentre os princípios da democracia podemos citar: o poder emana do povo, todos os cidadãos são iguais perante a lei, a constitucionalidade e os direitos fundamentais, a separação e autonomia dos poderes (executivo, legislativo e judiciário), o controle das autoridades e a superação das desigualdades sociais (BRASIL, 1988).

Corroborando com o princípio de que todo poder provém do povo Leister e Chiappin (2013, p. 71) descrevem em seu trabalho que:

Sartori considera como princípio democrático básico aquele que expressa que todo poder deve ser imputado ao povo, que, na ontologia, havia sido definido como seu detentor titular ou nominal. Todavia, em função de seu tamanho, que é a base para postularmos a propriedade abstrata atribuída à entidade povo, sabemos que o exercício do poder por essa entidade é tarefa impossível de se materializar. Portanto, o princípio puro deve ser traduzido por meio de uma regra de conversão para se tornar operacional. A regra de conversão traduz, então, o princípio democrático puro, que atribui todo poder ao povo, em “representação”, imputando o poder, originalmente atribuído ao povo, a uma determinada minoria deste. Destarte,

representação consiste em investir representantes políticos no poder de que o povo é titular. Esse investimento é construído e operacionalizado por meio de regras e leis.

Neste formato de governo o poder executivo é o mais ativo, sendo o que define quais políticas públicas serão adotadas. De certa forma, a população é quem decide periodicamente quais políticas públicas irão prevalecer, seja por meio de seus representantes eleitos; organizações e associações representativas; e ou por meio de orçamentos participativos.

Nas democracias contemporâneas a transparência e a prestação de contas assumem papel de destaque para a participação popular no processo decisório. Moreira (2019), em sua dissertação de mestrado, afirma que nas democracias modernas é indispensável à existência de ferramentas capazes de obrigar agentes públicos a justificarem o cumprimento dos seus deveres. Para o presente autor, a transparência, o controle e a responsabilização estão diretamente ligados a *accountability*, sendo esta a indicadora da qualidade da democracia de um povo. Nesse sentido, quanto maior o nível de transparência maior também o de *accountability*.

Nesse diapasão, o grande desafio da democracia brasileira é conseguir conectar de forma produtiva as instituições políticas e as formas de vida social.

A estrutura social do estado democrático brasileiro demonstra a existência de várias forças atuando em benefício de interesses próprios, o que se mostra um dificultador para o avanço do desenvolvimento social, por isso ressaltamos neste trabalho a importância do gestor público como um líder com visão de futuro capaz de direcionar por meio do planejamento a definição de metas e objetivos que se pretende alcançar a curto, médio e longo prazo, tendo como foco principal a melhoria da qualidade de vida das pessoas, atuando pela supremacia do interesse público.

Paiva, Souza e Lopes (2004) concluem em sua pesquisa que não se pode contestar que o regime democrático, do ponto de vista de sua organização, seja uma realidade, e que para se alcançar a adesão decisiva dos cidadãos e consolidar essa cultura é imprescindível ampliar a democracia para além dos procedimentos formais e produzir a confiança da população em sua serventia.

No caso dos Municípios, os prefeitos são os chefes do poder executivo, e por isso os responsáveis pela definição de objetivos, planejamentos e orçamentos, operando de maneira mais próxima de uma comunidade, o que possibilita uma maior percepção sobre as necessidades e prioridades dos moradores locais.

Conhecer quais despesas públicas propiciam a obtenção de melhores resultados de desenvolvimento municipal pode ser uma importante ferramenta de gestão, pois uma maior aplicação de recursos públicos nestas despesas poderá acelerar a melhoria da qualidade de vida das pessoas e conseqüentemente o desenvolvimento humano.

## 2.2 DESPESAS PÚBLICAS E A RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO HUMANO

A nova gestão pública vem provocando uma maior interação entre os governantes e a sociedade. A população vem atuando como agente fiscalizador do Estado e cobrando transparência e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Nesse sentido, Paula (2005) destaca que as teorias e técnicas utilizadas pelas empresas do setor privado têm sido o marco direcionador para o foco na eficiência da nova administração pública. Para a autora, o entendimento do termo “cidadão-cliente” deve ser visível à gestão pública.

Entretanto, de acordo com Gomes, Leal e Assis (2013, p. 2):

Depois da adoção da Nova Gestão Pública (NGP), a busca por mecanismos de mensuração do desempenho de organizações públicas foi amplamente intensificada. Contudo muitas das ferramentas utilizadas, provenientes da administração de empresas, não se adequavam completamente ao mutável contexto político das organizações públicas, bem como não se apresentavam como uma real possibilidade de gestão frente à alternância da gestão dos órgãos públicos, fenômeno natural neste tipo de organização.

Correia Neto (2010) explora e propõe que as políticas públicas sejam analisadas com a utilização do orçamento público, sendo empregadas técnicas de classificação funcional das receitas e despesas para o agrupamento dos setores de atuação do governo.

A gestão pública requer conceitos, preceitos e métodos da administração pública e da inteligência organizacional orientada para a prestação de serviços públicos. As funções do Estado estão relacionadas com a alocação de recursos oriundos da arrecadação tributária, a distribuição dos recursos com equidade e justiça e, finalmente, a estabilização econômica, social, política e institucional (REZENDE, 2011).

Para Farah (2016, p. 973), “a importância assumida pelas políticas públicas tem exigido não apenas estudos de políticas públicas, mas também pesquisas que subsidiem a formulação, a implementação e a avaliação de políticas”.

Giacomoni (2009) descreve a importância da classificação das despesas conforme sua finalidade, critério adotado atualmente para a classificação das despesas orçamentárias.

No estudo realizado por Rezende, Slomski e Corrar (2005, p. 38), os mesmos concluem que “os volumes de investimentos pretéritos realizados contribuem para mudança do IDH dos municípios, [...] corroborando a hipótese de que se os gestores públicos conhecem os atributos que dão fomento ao desenvolvimento social, estes podem maximizar a gestão social”.

O planejamento das despesas públicas deve buscar a eficiência e a eficácia, e o indicador IDH, amplamente divulgado, poderá demonstrar a desigualdade social existente no Brasil (MARCOMINI e ARAÚJO, 2017).

Braga *et al.* (2017, p.82) constata “que as dimensões e os indicadores utilizados no índice guardam correspondência com os propósitos a serem perseguidos pelos gestores públicos brasileiros, sejam eles o desenvolvimento econômico, a saúde e a educação”.

Moreira *et al.* (2013) ao analisarem a relevância dos gastos públicos sobre o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) ressaltam que de acordo com as características locais, os gestores públicos municipais devem focar os investimentos em despesas específicas, pois estas trarão maior evolução humana para o município.

Se contrapondo à literatura atual existente e às teorias da administração pública, a pesquisa apresentada por Louzano *et al.*, (2019, p. 623) confirmam a existência de relação causal entre o desenvolvimento municipal e a gestão fiscal, porém o estudo ressalta que resultados diferenciados podem ser alcançados com a utilização de novas variáveis, investigando a relação entre a gestão fiscal e a eficiência gerada com as despesas públicas, principalmente com as ligadas aos fatores de qualidade de vida e sociais dos Municípios.

Os argumentos apresentados acima nos induzem a concluir pela existência de uma conexão entre as despesas públicas e o desenvolvimento humano. Encontrar o nível desse relacionamento pode ser importante na obtenção de melhores resultados na adoção de políticas públicas.

### 2.3 ÍNDICES DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Inúmeras transformações e avanços ocorrem diariamente na vida humana, tendo como pano de fundo o desenvolvimento humano e conseqüentemente a melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Encontrar indicadores socioeconômicos que mensurem a eficiência e a eficácia na gestão pública tem se tornado uma meta a ser atingida pelos gestores públicos. Os indicadores socioeconômicos, projetados tanto pela Organização das Nações Unidas (ONU) quanto por outras entidades, demonstram a necessidade de informações e de metodologias que apurem o nível de desenvolvimento social e humano (REZENDE, 2011).

No Brasil, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei nº. 101/2000 criou relatórios fiscais e sociais, que leva à contenção de gastos e adequação das receitas com as despesas do setor público, objetivando transparência, controle e prestação de contas, contribuindo assim com uma maior divulgação de informações sobre as despesas públicas brasileiras (BRASIL, 2000).

Em relação às finanças públicas, Giambiagi e Além (2016, p. 506) finalizam sua obra com a seguinte afirmação:

A avaliação da qualidade do gasto público – cotejando os recursos dispendidos com os resultados alcançados – requer não apenas que se disponha de bons indicadores de resultado, mas que o gasto seja adequadamente apropriado às diversas atividades e projetos desenvolvidos pelos entes federativos. A modernização do sistema orçamentário, incluindo o planejamento e orçamento dos recursos e os instrumentos de avaliação de resultados, é condição indispensável para que se possa, de fato, avaliar a qualidade do gasto público.

Para o funcionamento e a manutenção na máquina pública, as despesas orçamentárias públicas são consideradas como dispêndios entre os diversos agentes públicos (MINISTÉRIO, 2016, p. 70). Uma análise dessas despesas requer o estudo de fatos com base nos dados obtidos nos Balanços Públicos (KOHAMA, 200, p. 139), com a finalidade de decidir políticas públicas e sociais. Análogo à iniciativa privada, conforme Penman (2013, p.1), a análise de demonstrações financeiras responde às perguntas sobre a empresa, como suas políticas corporativas.

Nesse sentido, a pesquisa de Constantino, Pegorare e Costa (2016) concluiu que a utilização dos indicadores IDH e PIB per capita poderá ajudar a resolver os problemas locais de forma mais efetiva, pois os municípios que tinham os piores indicadores foram os que mais evoluíram no desenvolvimento humano no período de 2000 a 2010.

Vários estudos sobre a avaliação de desempenho de políticas públicas implementadas por governantes já foram elaborados e publicados, o que demonstra a importância de se evidenciar a situação das finanças públicas em determinados setores dos municípios brasileiros (COURA, CARVALHO e SOUZA, 2017).

Nesse contexto, entre os índices utilizados para a avaliação dos gastos públicos municipais podemos citar o índice Firjan de desenvolvimento municipal (IFDM), o índice Firjan de gestão fiscal (IFGF), o PIB per capita municipal e o índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M).

O IFDM (índice Firjan de desenvolvimento municipal) é divulgado anualmente e indica o desenvolvimento social e econômico de todos os municípios brasileiros. Esse índice é calculado usando dados das áreas da saúde, educação, emprego e renda obtidos por meio de fontes oficiais como o ministério do Trabalho, Saúde e Emprego do Brasil. O mesmo visa evidenciar a evolução relativa alcançada pelos municípios em decorrência das políticas públicas específicas implementadas (FIRJAN, 2019).

O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) criado pela Gerência de Estudos Econômicos da Firjan visa incentivar a responsabilização dos gestores públicos e aprimorar o processo de tomada de decisão dos prefeitos quanto a aplicação das receitas arrecadadas, além de disponibilizar uma ferramenta no auxílio do controle fiscal e social dos municípios (LEITE FILHO; FIALHO, 2015).

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita municipal, produto interno bruto dividido pela população do município, em sua metodologia de cálculo usa os dados de valor adicionado bruto da Indústria, dos Serviços e da Agropecuária, por município, em valores correntes, somando o valor adicionado bruto total e o valor dos impostos sobre produtos (líquidos de subsídios). Por meio desse indicador é possível analisar a economia dos municípios e as características regionais do país, pois o mesmo reflete as mudanças e seus impactos em relação as suas estruturas setoriais internas (IBGE, 2016).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro (IDH-M), foi adaptado a metodologia de cálculo do IDH Global, pelo Ipea, PNUD Brasil e Fundação João Pinheiro, que utilizaram os dados dos últimos Censos do IBGE de 2010, 2000 e 1991 para calcular o IDH-M de todos os municípios brasileiros. Esse índice é baseado nas mesmas dimensões do IDH Global (educação, longevidade e renda), disponibilizando uma medida que possibilita a análise e comparação entre os municípios e as regiões metropolitanas, além de estimular a

implementação de políticas públicas no nível municipal visando o desenvolvimento social (PROGRAMA..., 2019).

Portanto, os quatro indicadores citados acima buscam avaliar os aspectos econômicos e sociais na esfera municipal, porém nenhum deles demonstra relação direta com o volume das despesas públicas em suas metodologias de cálculo.

### **2.3.1 IDH-M – Definições e Objetivos**

A definição de indicadores que mensurem os impactos sociais provocados pelos gastos públicos é um objetivo a ser alcançado, haja vista que na Administração Pública existe uma complexidade de fatores que podem influenciar o resultado das políticas públicas adotadas. Equacionar a comunicação entre o poder público e os cidadãos pode ser de grande valia para os gestores públicos como agentes impulsionadores do desenvolvimento humano (PAULA, 2005; GOMES; LEAL; ASSIS, 2013).

O PNDU Brasil define que IDH mede renda, educação e saúde, à longo prazo, como dimensões de desenvolvimento humano (PROGRAMA, 2019; WINZER, 2016), sendo o mais aplicado quando se tratando da qualidade de vida da população, sendo apresentado como uma métrica de fácil utilização (MENEZES e POSSAMAI, 2016, p.17). O IDH apresenta vantagens em comparações de desenvolvimento econômico entre diferentes países (WINZER, 2016).

O IDH divulgado pela ONU não aborda os volumes de recursos e as políticas públicas implementadas que propiciaram a elevação do IDH de determinado município em relação aos índices passados (REZENDE; SLOMSKI; CORRAR, 2005).

Na metodologia de cálculo do IDH, é realizada a transformação das três dimensões em índices de longevidade, educação e renda, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região.

Segundo Marcomini e Araújo (2017), o resultado do IDH leva em consideração três dimensões, sendo: i) a longevidade das pessoas e a expectativa de vida dos recém-nascidos (saúde); ii) a escolaridade e a frequência na escola de adultos e jovens (educação) e; iii) a renda total dividida pela população (renda).

Conforme Tabela 1, o IDH é classificado de acordo com uma escala.

Tabela 1 – Classificação do IDH

Classificação	Faixas de Desenvolvimento Humano (IDH)
Muito alto	0,800 - 1,000
Alto	0,700 - 0,799
Médio	0,600 - 0,699
Baixo	0,500 - 0,599
Muito baixo	0,000 - 0,499

Fonte: PROGRAMA..., 2019

No cálculo do IDH-M brasileiro, apesar de utilizadas as mesmas das dimensões do IDH internacional, a metodologia adotada foi adaptada à situação nacional e aos indicadores brasileiros disponíveis, possibilitando o confronto dos resultados dos municípios ao longo do tempo e estimulando o desenvolvimento de políticas públicas que priorizem a melhoria da qualidade de vida local. (PROGRAMA..., 2019).

### 2.3.2 IFDM – Definições e Objetivos

Analisar o desenvolvimento de um município é considerado uma tarefa complexa, haja vista que existem muitas áreas envolvidas, tais como: tecnológicas, sociais, qualidade de vida e econômicas. Utilizar indicadores pode oferecer critério de acompanhamento da evolução das condições de vida nos municípios (MOREIRA et al., 2013, p. 2).

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), de acordo com Pereira e Moreira (2016) é um dos indicadores de qualidade de vida mais utilizado no Brasil. Esse índice faz a medição do desenvolvimento de 5565 municípios do Brasil desde 2000. Possuindo uma aferição anual e municipal considera em sua base de cálculo as seguintes áreas: saúde, educação e emprego e renda.

Servindo de referência para se acompanhar o avanço socioeconômico brasileiro, o IFDM utiliza estatísticas públicas oficiais para assistir o crescimento ou retrocesso social e econômico dos municípios do Brasil, com atenção focada no mundo dos negócios, que gera renda e emprego para a comunidade, na Educação Fundamental e Infantil e na Saúde (FIRJAN, 2019).

O IFDM Saúde visa avaliar a qualidade do serviço de saúde básica. O IFDM Educação visa avaliar a educação infantil, com foco quantitativo, e a qualidade da educação prestada no ensino fundamental. Já o IFDM Emprego e Renda visam avaliar a geração, a absorção e a distribuição de emprego e renda. (BARBOSA, 2017, p. 305).

O quadro 1 abaixo apresenta as variáveis que compõem o IFDM.

Quadro 1 – Componentes do indicador IFDM

Educação	Saúde	Emprego e Renda
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Matrículas na educação infantil</li> <li>• Abandono no ensino fundamental</li> <li>• Distorção idade-série no ensino fundamental</li> <li>• Docentes com ensino superior no ensino fundamental</li> <li>• Média de horas aula diárias no ensino fundamental</li> <li>• Resultado do IDEB no ensino Fundamental</li> </ul> <p>Fonte: Ministério da Educação</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número de consultas pré-natal</li> <li>• Óbitos por causas mal definidas</li> <li>• Óbitos infantis por causas evitáveis</li> <li>• Internação sensível à atenção básica (ISAB)</li> </ul> <p>Fonte: Ministério da Saúde</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Geração de emprego formal</li> <li>• Absorção da mão de obra local</li> <li>• Geração de Renda formal</li> <li>• Salários médios do emprego formal</li> <li>• Desigualdade</li> </ul> <p>Fonte: Ministério do Trabalho</p>

Fonte: Pereira e Moreira, 2016

O resultado do IFDM varia de 0 a 1, sendo considerado maior o nível de desenvolvimento local, quanto mais próximo de 1 o resultado da aferição se encontrar. Como a medição é anual, pode-se fazer um comparativo ao longo dos anos de modo a verificar se o Município está avançando em seu desenvolvimento ou se está retrocedendo. Além disso, pode-se comparar o progresso dos municípios entre si ou até mesmo de uma região.

Conforme a Tabela 2, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é classificado de acordo com uma escala.

Tabela 2 – Classificação do IFDM

Estágio de Desenvolvimento	Faixas do IFDM
Alto	0,8 - 1,0
Moderado	0,6 - 0,8
Regular	0,4 - 0,6
Baixo	0,0 - 0,4

Fonte: FIRJAN, 2015.

### 3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Neste capítulo será apresentada uma descrição da pesquisa a ser realizada, os métodos de coletas de dados, as análises e as técnicas estatísticas que serão adotadas.

#### 3.1 DESCRIÇÃO DA PESQUISA

Nesta pesquisa serão utilizados os dados das despesas públicas de 2002 a 2010, por função (saúde, educação, saneamento básico, habitação, urbanismo, trabalho, agricultura, transporte, segurança pública e indústria), e os resultados dos indicadores IDH-M e IFDM de 2010 dos 78 Municípios do Estado do Espírito Santo.

O volume total de recursos executados de 2002 a 2010, por despesa específica e por Município e seus valores *per capita* serão as variáveis independentes. Já os resultados obtidos nos indicadores IDH-M e IFDM de 2010, por cada Município, serão as variáveis dependentes.

No presente estudo, será investigada a existência de correlação entre o volume de recursos aplicados em despesas específicas, em tempo pretérito, e o índice alcançado no IDH-M e no IFDM.

Podemos classificar o trabalho efetuado como uma pesquisa científica aplicada, descritiva e explicativa, pois visa identificar a relação entre variáveis, estimular novas análises e demonstrar práticas de gestão pública que podem elevar o desenvolvimento municipal. A pesquisa é quantitativa no que diz respeito à metodologia adotada, haja vista que usará dados numéricos e técnicas estatísticas para analisar os resultados obtidos.

Conforme descreve Lakatos e Marconi (2003, p. 221):

Toda hipótese é o enunciado geral de relações entre, pelo menos, duas variáveis. Por sua vez, variável é um conceito que contém ou apresenta valores, tais como: quantidades, qualidades, características, magnitudes, traços etc., sendo o conceito um objeto, processo, agente, fenômeno, problema etc.

O exame em curso partirá da seguinte hipótese: o volume de recursos públicos aplicados em determinadas despesas apresenta correlação positiva significativa com os indicadores IDH-M e IFDM.

### 3.2 MÉTODOS DE COLETA DE DADOS

O trabalho seguiu os seguintes métodos de coletas de dados:

- a) Primeira Etapa: coleta dos dados do indicador IDH-M dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo (ES) dos anos de 2010, 2000 e 1991 no sítio eletrônico do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil;
- b) Segunda Etapa: coleta dos dados do indicador IFDM dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo (ES) do ano de 2010 no sítio eletrônico do FIRJAN;
- c) Terceira Etapa: coleta dos dados das despesas públicas por função (saúde, educação, saneamento básico, habitação, urbanismo, trabalho, agricultura, transporte, segurança pública e indústria) e por município, referente ao período de 2002 a 2010 dos 78 Municípios do Espírito Santos no sitio eletrônico do COMPARA BRASIL;
- d) Quarta Etapa: realizado o cálculo do volume *per capita* de despesas públicas, por função e por município, executado de 2002 a 2010;
- e) Quinta Etapa: realizado o cálculo dos Coeficientes de Pearson (r) utilizando os dados das despesas públicas específicas e os resultados do IDH-M de 2010 e do IFDM de 2010.

### 3.3 TÉCNICAS ESTATÍSTICAS E ANÁLISES

Na pesquisa foram utilizados métodos quantitativos, técnicas e análises estatísticas, a fim de entender a correlação entre as variáveis pesquisadas buscando uma contribuição para o aperfeiçoamento da gestão pública municipal.

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 108):

Os processos estatísticos permitem obter, de conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relações entre si. Assim, o método estatístico significa redução de fenômenos sociológicos, políticos, econômicos etc. a termos quantitativos e a manipulação estatística, que permite comprovar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado.

Este tipo de pesquisa busca coletar, tratar e analisar as informações quantitativas, obtidas no cotidiano, com foco científico e modernizador. Tendo como objetivo a investigação da relação de causa e efeito entre as variáveis (MARTINS, 1994).

O isolamento de variáveis, a avaliação de programas e a análise de fenômenos são considerados a atividade fim das investigações efetuadas em pesquisas empíricas. Comprovar as hipóteses por meio da utilização de métodos quantitativos que indicam correlações e proporções entre variáveis determinadas pode responder o problema elaborado (DENCKER e VIÁ, 2002).

Para tanto, o estudo considerou o coeficiente de Pearson ( $r$ ) como unidade de medida a fim de averiguar a existência de correlação estatística entre as variáveis – volume de despesas públicas (2002 a 2010) e os indicadores IDH-M e IFDM de 2010 dos municípios capixabas.

O coeficiente de correlação de Pearson ( $r$ ), conforme definido por Figueiredo Filho e Silva Júnior (2009, p. 118) “é uma medida de associação linear entre variáveis. Em termos estatísticos, duas variáveis se associam quando elas guardam semelhanças na distribuição dos seus escores”.

Para Martins (2014, p. 1) “o coeficiente de correlação amostral de Pearson, representado por  $r$ , é uma medida da direção e grau com que duas variáveis, de tipo quantitativo, se associam linearmente”. O resultado do coeficiente de Pearson ( $r$ ) pode variar de -1 a 1 e apresentam os seguintes significados descritos na Tabela 3.

Tabela 3 – Nível de Correlação Pearson

Faixas do Coeficiente de Correlação de Pearson ( $r$ )	Nível de Correlação
1,0 positivo ou negativo	Correlação Perfeita
0,8 a 1,0 positivo ou negativo	Correlação Forte
0,5 a 0,8 positivo ou negativo	Correlação Moderada
0,1 a 0,5 positivo ou negativo	Correlação Fraca
0 a 0,1 positivo ou negativo	Correlação ínfima
0	Correlação Nula

Fonte: Casas e Pinheiro (2013).

## 4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

### 4.1 DADOS E RESULTADOS OBTIDOS

As médias dos IDH-M dos 78 municípios do Espírito Santo nos anos 1991, 2000 e 2010 demonstram um crescimento linear, indicando uma evolução da sociedade capixaba no desenvolvimento humano, conforme apresentado nos dados abaixo:

a) Médias IDH-M de 1991, 2000 e 2010

	média	% Crescimento de uma década para outra
IDH-M.1991.	0.4321154	
IDH-M.2000.	0.5781795	33,80%
IDH-M.2010.	0.6921923	19,72%

Tomando-se por base que a injeção de recursos na comunidade é contínua, concluímos que o aumento do IDH-M ocorrerá de forma natural com o passar dos anos. Entretanto, constatamos que o crescimento da média do IDH-M de 1991 para 2000 foi de 33,80% e da média do IDH-M de 2000 para 2010 foi de 19,72%, indicando que este crescimento pode ser acelerado, seja pela ação do homem ou por outros fatores, e é isso que buscamos descobrir com esta pesquisa.

A tabela 4 apresenta o índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) dos 78 Municípios do Estado do Espírito Santo obtido no ano de 2010. Esses dados serão utilizados nesta pesquisa visando demonstrar o nível de correlação existente entre cada grupo de despesa aplicado em sua totalidade em período anterior à aferição do resultado atingido no IDH-M.

O objetivo é identificar quais despesas apresentam maior correlação com este indicador e conseqüentemente demonstrar aos gestores municipais que uma maior aplicação de recursos públicos nestas despesas poderá maximizar os resultados de desenvolvimento social de uma comunidade.

Tabela 4 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 2010

<b>IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010</b>			
Municípios do Estado do Espírito Santo	IDH-M	Municípios do Estado do Espírito Santo	IDH-M
Afonso Cláudio	0,667	Jerônimo Monteiro	0,698
Águia Branca	0,652	João Neiva	0,753
Água Doce do Norte	0,678	Laranja da Terra	0,656
Alegre	0,721	Linhares	0,724
Alfredo Chaves	0,710	Mantenópolis	0,657
Alto Rio Novo	0,664	Marataízes	0,696
Anchieta	0,730	Marechal Floriano	0,710
Apiacá	0,673	Marilândia	0,696
Aracruz	0,752	Mimoso do Sul	0,670
Atilio Vivacqua	0,708	Montanha	0,667
Baixo Guandu	0,702	Mucurici	0,666
Barra de São Francisco	0,683	Muniz Freire	0,645
Boa Esperança	0,679	Muqui	0,694
Bom Jesus do Norte	0,734	Nova Venécia	0,712
Brejetuba	0,656	Pancas	0,667
Cachoeiro de Itapemirim	0,746	Pedro Canário	0,654
Cariacica	0,718	Pinheiros	0,673
Castelo	0,726	Piúma	0,727
Colatina	0,746	Ponto Belo	0,669
Conceição da Barra	0,681	Presidente Kennedy	0,657
Conceição do Castelo	0,670	Rio Bananal	0,681
Divino de São Lourenço	0,632	Rio Novo do Sul	0,711
Domingos Martins	0,669	Santa Leopoldina	0,626
Dores do Rio Preto	0,654	Santa Maria de Jetibá	0,671
Ecoporanga	0,662	Santa Teresa	0,714
Fundão	0,718	São Domingos do Norte	0,682
Governador Lindenberg	0,694	São Gabriel da Palha	0,709
Guaçuí	0,703	São José do Calçado	0,688
Guarapari	0,731	São Mateus	0,735
Ibatiba	0,647	São Roque do Canaã	0,700
Ibiraçu	0,726	Serra	0,739
Ibitirama	0,622	Sooretama	0,662

<b>IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010</b>			
Municípios do Estado do Espírito Santo	IDH-M	Municípios do Estado do Espírito Santo	IDH-M
Iconha	0,729	Vargem Alta	0,663
Irupi	0,637	Venda Nova do Imigrante	0,728
Itaguaçu	0,702	Viana	0,686
Itapemirim	0,654	Vila Pavão	0,681
Itarana	0,684	Vila Valério	0,675
Iúna	0,666	Vila Velha	0,800
Jaguare	0,678	Vitória	0,845

Fonte: PROGRAMA..., 2019

A tabela 5 expõe os resultados do índice Firjan de desenvolvimento municipal (IFDM) alcançado em 2010 por todos os Municípios do Espírito Santo. O uso desses dados para o cálculo da correlação de Pearson, em relação ao total de despesas públicas de 2002 a 2010 de cada município, tem por meta graduar as despesas por função e assim evidenciar quais despesas públicas provocam maior impacto no resultado do presente índice. Com o resultado obtido pretende-se fornecer informação aos prefeitos de que uma aplicação planejada dos recursos públicos pode otimizar o desenvolvimento municipal a médio e longo prazo.

Tabela 5 – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal de 2010

<b>IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - 2010</b>			
Municípios do Estado do Espírito Santo	IFDM	Municípios do Estado do Espírito Santo	IFDM
Afonso Cláudio	0,7122	Jerônimo Monteiro	0,6524
Águia Branca	0,6332	João Neiva	0,7362
Água Doce do Norte	0,6620	Laranja da Terra	0,7302
Alegre	0,7372	Linhares	0,8412
Alfredo Chaves	0,7857	Mantenópolis	0,6495
Alto Rio Novo	0,6904	Marataízes	0,6512
Anchieta	0,8270	Marechal Floriano	0,7903
Apiacá	0,6423	Marilândia	0,7689
Aracruz	0,8654	Mimoso do Sul	0,6825
Atilio Vivacqua	0,7232	Montanha	0,6606
Baixo Guandu	0,7293	Mucurici	0,6624
Barra de São Francisco	0,7135	Muniz Freire	0,6893
Boa Esperança	0,6874	Muqui	0,7035

<b>IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - 2010</b>			
Municípios do Estado do Espírito Santo	IFDM	Municípios do Estado do Espírito Santo	IFDM
Bom Jesus do Norte	0,6958	Nova Venécia	0,7664
Brejetuba	0,7053	Pancas	0,7046
Cachoeiro de Itapemirim	0,8040	Pedro Canário	0,5963
Cariacica	0,7741	Pinheiros	0,6857
Castelo	0,7932	Piúma	0,6919
Colatina	0,8438	Ponto Belo	0,6302
Conceição da Barra	0,6850	Presidente Kennedy	0,6799
Conceição do Castelo	0,7082	Rio Bananal	0,6713
Divino de São Lourenço	0,6385	Rio Novo do Sul	0,6978
Domingos Martins	0,7893	Santa Leopoldina	0,6913
Dores do Rio Preto	0,6190	Santa Maria de Jetibá	0,7985
Ecoporanga	0,6980	Santa Teresa	0,7637
Fundão	0,7696	São Domingos do Norte	0,6815
Governador Lindenberg	0,6877	São Gabriel da Palha	0,7693
Guaçuí	0,6630	São José do Calçado	0,6498
Guarapari	0,7593	São Mateus	0,7902
Ibatiba	0,6258	São Roque do Canaã	0,7930
Ibiraçu	0,7945	Serra	0,8290
Ibitirama	0,6255	Sooretama	0,7146
Iconha	0,8079	Vargem Alta	0,7345
Irupi	0,5815	Venda Nova do Imigrante	0,8272
Itaguaçu	0,7813	Viana	0,7427
Itapemirim	0,6931	Vila Pavão	0,6398
Itarana	0,6628	Vila Valério	0,7127
Iúna	0,6185	Vila Velha	0,8077
Jaguare	0,7488	Vitória	0,8710

Fonte: FIRJAN, 2019

A tabela 6 apresenta as despesas públicas por função, o resultado do coeficiente de Pearson e o nível de correlação obtido no cálculo entre o total das despesas de 2002 a 2010 e o resultado obtido no IDH-M de 2010.

Tabela 6 – Resultado do Coeficiente de Pearson: Volume de Despesas x IDH-M de 2010

<b>Coeficiente de Pearson - Total das Despesas por Função de 2002-2010 x IDH-M de 2010</b>		
Despesa por Função - Municípios do ES	Coeficiente de Pearson	Nível de Correlação
Despesas com Educação	0,677449187	Moderada positiva
Despesas com Saúde	0,670324251	Moderada positiva
Despesas com Urbanismo	0,641740727	Moderada positiva
Despesas com Saneamento	0,638395168	Moderada positiva
Despesas com Habitação	0,540300065	Moderada positiva
Despesas com Segurança Pública	0,516351918	Moderada positiva
Despesas com Trabalho	0,495758396	Fraca positiva
Despesas com Transporte	0,234984623	Fraca positiva
Despesas com Industria	0,143540174	Fraca positiva
Despesas com Agricultura	0,01433479	Ínfima positiva
Total Geral das Despesas	0,673540159	Moderada positiva

Fonte: Elaborado pelo autor.

Do presente resultado observa-se que, em ordem decrescente de nível de correlação, as despesas com educação, saúde, urbanismo, saneamento, habitação e segurança pública foram as que demonstraram maior correlação com o IDH-M, levando-nos a concluir que uma maior aplicação de recursos públicos nestas áreas provocará um maior resultado do indicador usado e, por conseguinte uma maior qualidade de vida das pessoas que vivem na região.

A tabela 7 evidencia o nível de correlação de Pearson calculado entre determinados grupos de despesas públicas totais de 2002 a 2010 e o índice Firjan de desenvolvimento municipal (IFDM) de 2010.

Tabela 7 – Resultado do Coeficiente de Pearson: Volume de Despesas x IFDM de 2010

<b>Coeficiente de Pearson - Total das Despesas por Função de 2002-2010 x IFDM de 2010</b>		
Despesa por Função - Municípios do ES	Coeficiente de Pearson	Nível de Correlação
Despesas com Saúde	0,547449549	Moderada positiva
Despesas com Educação	0,532639482	Moderada positiva
Despesas com Saneamento	0,531839418	Moderada positiva
Despesas com Urbanismo	0,482103104	Fraca positiva
Despesas com Trabalho	0,36014613	Fraca positiva

<b>Coefficiente de Pearson - Total das Despesas por Função de 2002-2010 x IFDM de 2010</b>		
Despesa por Função - Municípios do ES	Coefficiente de Pearson	Nível de Correlação
Despesas com Habitação	0,33744467	Fraca positiva
Despesas com Segurança Pública	0,324468343	Fraca positiva
Despesas com Transporte	0,315798927	Fraca positiva
Despesas com Industria	0,268116524	Fraca positiva
Despesas com Agricultura	0,190727167	Fraca positiva
Total Geral das Despesas	0,507239053	Moderada positiva

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com o resultado retratado é possível extrair claramente que as despesas com saúde, educação e saneamento exprimem maior conexão com o resultado conquistado no IFDM, o que nos induz a complementar que quanto maior o investimento nestas despesas públicas maior será o desempenho do IFDM e conseqüentemente maior o desenvolvimento das pessoas.

Tabela 8 – Resultado do Coeficiente de Pearson: % de Despesas x IDH-M de 2010

<b>Coefficiente de Pearson - % de Despesas por Função de 2002-2010 x IDH-M de 2010</b>		
Despesa por Função - Municípios do ES	Coefficiente de Pearson	Nível de Correlação
Despesas com Segurança Pública	0,319068408	Fraca Positiva
Despesas com Trabalho	0,257218999	Fraca Positiva
Despesas com Urbanismo	0,226149306	Fraca Positiva
Despesas com Habitação	0,204723366	Fraca Positiva
Despesas com Industria	0,0369064	Ínfima Positiva
Despesas com Saneamento	0,017611859	Ínfima Positiva
Despesas com Saúde	-0,107270432	Fraca Negativa
Despesas com Educação	-0,116708757	Fraca Negativa
Despesas com Transporte	-0,291318699	Fraca Negativa
Despesas com Agricultura	-0,333662003	Fraca Negativa

Fonte: Elaborado pelo autor.

A tabela 8 acima reflete uma correlação fraca ou ínfima, positiva ou negativa, entre o percentual de recursos aplicados em cada despesa pública analisada e o resultado do IDH-M de 2010, indicando que uma análise mais profunda sobre a importância em percentual de

quanto do orçamento público está sendo aplicado em determinadas despesas pode ser irrelevante.

O mesmo resultado foi encontrado na correlação de Person entre determinadas despesas públicas *Per Capita* e o valor obtido no IDH-M de 2010, conforme apresentado na tabela 9 abaixo, induzindo a não relevância de um estudo *per capita* produzir melhores resultados no indicador analisado.

Tabela 9 – Resultado do Coeficiente de Pearson: Despesas *Per Capita* x IDH-M de 2010

<b>Coeficiente de Pearson - Despesas por Função <i>Per Capita</i> de 2002-2010 x IDH-M de 2010</b>		
Despesa por Função - Municípios do ES	Coeficiente de Pearson	Nível de Correlação
	0,474582954	Fraca Positiva
Despesas com Urbanismo		
Despesas com Trabalho	0,358433159	Fraca Positiva
Despesas com Saneamento	0,15065695	Fraca Positiva
Despesas com Industria	0,018330333	Ínfima Positiva
Despesas com Habitação	-0,007147947	Ínfima Negativa
Despesas com Segurança Pública	-0,092573039	Ínfima Negativa
Despesas com Saúde	-0,096577677	Ínfima Negativa
Despesas com Educação	-0,110472373	Fraca Negativa
Despesas com Agricultura	-0,343710549	Fraca Negativa
Despesas com Transporte	-0,348455306	Fraca Negativa

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### 4.2 CORRELAÇÃO DE PEARSON IDH-M X IFDM

Ao analisarmos os resultados logrados pela correlação de Person entre os totais das despesas públicas por função de 2002 a 2010 e os indicadores IDH-M e IFDM vislumbramos uma convergência nos dados obtidos com educação, saúde, saneamento e urbanismo, uma vez que esses grupos de despesas se apresentam no topo de maior ligação com o desempenho dos índices estudados, invertendo-se apenas algumas posições entre elas.

A indução de que quanto maior a aplicação de recursos públicos nas áreas da saúde, educação, urbanismo e saneamento maior será o cômputo dos indicadores de desenvolvimento municipal IDH-M e IFDM e evidentemente maior será a qualidade de vida nestas cidades pode parecer redundante. Mas a pergunta que se faz é “se parece tão

redundante por que os Municípios não direcionam uma maior parte do orçamento para essas áreas??"

A conclusão que chegamos é que não é tão redundante assim não, e que o desafio é descobrir o quanto do orçamento seria o mais próximo do ideal para a maximização dos resultados de melhoria do desenvolvimento social.

É certo que os grupos de despesas públicas existem porque são necessários ao funcionamento da máquina pública e que o Estado não pode negligenciá-las. Mas é importante gerir o orçamento público tendo foco, objetivos e metas de curto, médio e longo prazo. E que a meta maior será sempre o desenvolvimento humano e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

#### 4.3 IDENTIFICAÇÃO DA FAIXA PERCENTUAL DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

Ao analisar o percentual de aplicação de recursos públicos nas despesas públicas de saúde, educação, urbanismo e saneamento pelos 8 primeiros colocados (aproximadamente 10% da amostra) em cada índice, não foi possível indicar faixas ideais de aplicação de recursos nessas áreas, haja vista a amplitude da variação detectada. Assim, os resultados obtidos indicam que percentual aplicado não possui relevância, apenas o volume total de recursos aplicado em cada tipo de despesa pública apresenta relação relevante de causa com os resultados obtidos nos indicadores IDH-M e IFDM.

## 5 CONCLUSÃO

A evolução da sociedade ocorre naturalmente nos quatro cantos do mundo, entretanto, é evidente que em alguns países esta evolução ocorre de forma mais acelerada do que em outros. Um exemplo disso é os Estados Unidos, que mesmo sendo um país do novo mundo, se tornou um dos mais desenvolvidos do planeta.

A Nova Gestão Pública, conhecida também como Reforma Gerencial do Estado, mudou a forma de se administrar os órgãos públicos no Brasil e no mundo, uma vez que o foco deixou de ser a burocracia rígida e morosa para se transformar numa gestão ágil, flexível e disposta ao alcance de resultados. Aqui o planejamento, a execução, o controle e a prestação de contas assumem papel de destaque, tendo a transparência como aliada da população para a cobrança da efetividade das políticas públicas adotadas pelos governantes.

Em outra vertente está a democracia brasileira, que com a voracidade dos diversos atores envolvidos na Administração Pública, tornam complexas as relações entre o Estado e a sociedade. Com isso, gestores públicos que captam as demandas da comunidade e as transformam em realidade serão refletidas em melhores indicadores de desenvolvimento humano e municipal, consolidando assim o princípio basilar do Estado Democrático.

Inúmeras transformações e avanços ocorrem diariamente na vida humana, tendo como pano de fundo o desenvolvimento humano e, por conseguinte a melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Descobrir como acelerar este crescimento do desenvolvimento humano e a melhoria da qualidade de vida da sociedade tem sido um desafio. Muitas pesquisas sobre esse tema são realizadas, porém esse é um trabalho contínuo, pois com a constante mudança das necessidades do homem mudam-se também os fatores que impactam essa evolução.

Este estudo constatou que a média do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) dos municípios do Estado do Espírito Santo (ES) cresceu 33,80% de 1991 para 2000 e 19,72% de 2000 para 2010, evidenciando que o avanço no desenvolvimento social pode ser acelerado pela ação do homem.

Neste contexto, os gestores públicos municipais possuem uma parcela de contribuição para o avanço da sociedade, pois são agentes trabalhando em nome da população com o objetivo de atender seus anseios e necessidades.

A presente pesquisa buscou investigar quais despesas públicas contribuem para o crescimento do resultado do IDH dos municípios e do IFDM, se uma maior aplicação de recursos públicos em determinadas despesas públicas contribui para a melhora dos níveis de desenvolvimento humano e se a despesa *per capita* de um município apresenta influência sobre os resultados do IDH-M e do IFDM.

Diante dos resultados obtidos nesta pesquisa diagnosticou-se, por meio do coeficiente de correlação de Pearson ( $r$ ), a existência de indícios de uma relação significativa entre a evolução dos indicadores IDH-M e IFDM e o volume de recursos totais, aplicados entre 2002 e 2010, nas despesas públicas de educação, saúde, saneamento e urbanismo.

Verificou-se, pela metodologia aplicada, que a despesa *per capita* não indica influência no resultado do IDH municipal e do IFDM, induzindo apenas que o volume de recursos aplicados em determinadas despesas públicas é que contribui para a melhora destes índices.

Como os resultados indicam correlação moderada, pode-se aferir que outros fatores também interferem nos resultados do IDH-M e do IFDM, todavia, não se pode negar a existência de relevante relação entre as variáveis citadas acima e as medidas dos referidos indicadores.

Portanto, a hipótese proposta inicialmente neste trabalho de que as aplicações de recursos públicos em determinadas despesas contribuem para a promoção acelerada do desenvolvimento social e humano é induzida diante dos resultados apresentados.

É importante negritar que, o presente exame diz respeito somente aos municípios do Estado do Espírito Santo, não permitindo generalizações aos demais municípios brasileiros.

Outra limitação foi a não obtenção dos dados das despesas municipais, referentes ao ano de 2001, dado que o banco de dados do Compara Brasil só apresenta informações a partir de 2002.

Como sugestão para pesquisas futuras indica-se a investigação sobre quais outros fatores aceleram o desenvolvimento humano e municipal, o exame de ações dos gestores públicos que melhoram a qualidade de vida das pessoas e a criação de outros indicadores que possam aferir o avanço social, temas esses, que necessitam ser explorados para que se tenha êxito e efetividade na Administração Pública.

## REFERÊNCIAS

AEQUUS CONSULTORIA. **Compara Brasil**. Disponível em: <http://www.comparabrasil.com/>. Acesso em: 05 jun. 2019.

ARRAIS, T. A. Desigualdade de renda, emprego público e transferências de renda no Brasil contemporâneo. **Mercator**, Fortaleza, v. 18, p. 00, abr. 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-22012019000100206](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-22012019000100206). Acesso em: 16/12/2019.

BARBOSA, F. R. G. M. Índice de desenvolvimento relativo, IDH-M e IFDM: em busca da operacionalização das liberdades instrumentais de Amartya Sen. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 295-328, set. 2017. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/4073/3925>. Acesso em: 16 dez. 2019.

BITTAR, E. C. B. Crise política e teoria da democracia: contribuições para a consolidação democrática no Brasil contemporâneo. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, v. 53, n. 211, p. 11-33, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/525417>. Acesso em: 16 dez. 2019.

BRAGA, A. C.; OLIVEIRA, M. A.; COSTA, J. C. Z.; BUENO, R. L. P. Estudo da correlação entre o índice de desenvolvimento humano (IDH) e os tributos arrecadados nos estados brasileiros. **Interfaces Científicas: Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 5, n. 3, p. 69-84, fev. 2017. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/humanas/article/view/3435/2099>. Acesso em: 16 dez. 2019

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 16 dez. 2019.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm). Acesso em: 16 dez. 2019.

COELHO, D. M. Elementos essenciais ao conceito de administração gerencial. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, v. 37, n. 147, p. 257-262, jul./set. 2000. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/622>. Acesso em: 16 dez. 2019

CASAS, A. L. L.; PINHEIRO, W. Correlação entre produção científica e pesquisa de mercado sobre o comércio eletrônico no Brasil. **Universitas Gestão e TI**, Brasília, DF, v. 3, n. 2, p. 43-51, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/gti/article/view/2316/2279>. Acesso em: 16 dez. 2019.

CONSTANTINO, M.; PEGORARE, A. B.; COSTA, R. B.; Desempenho regional do IDH e do PIB per capita dos municípios de Mato Grosso do Sul, Brasil, entre 2000 e 2010.

**Interações**, Campo Grande, v. 17, n. 2, p. 234-246, abr./jun. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v17n2/1518-7012-inter-17-02-0234.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/1984042X2016207>

CORREIA NETO, C. B. Orçamento público: uma visão analítica. *In: Revista do Direito Tributário*, n. 109, São Paulo: Malheiros, 2010.

COURA, J. E. L.; CARVALHO, J. R. M.; SOUSA, A. F. Indicadores sociais de gestão pública: uma análise nos maiores municípios da Paraíba. *In: IV ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*, 4., 2017, João Pessoa. **Anais Eletrônicos**. João Pessoa: Sociedade Brasileira de Administração Pública, 2017. p. 565-578. Disponível em: <http://www.ufpb.br/ebap/contents/documentos/0565-578-indicadores-socias-de-gestao-publica.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2019.

DENCKER, A.F. M.; VIÁ, S.C. **Pesquisa empírica em ciências humanas: com ênfase em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Editora Futura, 2002.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999. 320 p. (Clássicos 15). ISBN 853140469X (broch.).

FARAH, M. F. S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 959-979, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v50n6/0034-7612-rap-50-06-00959.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2019.

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JÚNIOR, J. A. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson ( $r$ ). **Revista Política Hoje**, Pernambuco, v. 18, n. 1, p. 115-146, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/viewFile/3852/3156>. Acesso em: 17 dez. 2019.

FIRJAN. Índice Firjan de desenvolvimento municipal - IFDM. 2019. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/>. Acesso em: 26 nov. 2019.

GEHRKE, G.; BORBA, J. A.; FERREIRA, D. D. M. A repercussão da corrupção brasileira na mídia: uma análise comparada das revistas *Der Spiegel*, *L'Obs*, *The Economist*, *Time* e *Veja*. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 157-167, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2410/241049809009.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2019.

GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C.; **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2016. ISBN: 978-85-352-8437-9.

GOMES, R. C.; LEAL, A. C. S.; ASSIS, V. A. Indicadores para avaliar o desempenho de prefeituras municipais. **TAC**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 1-15, jan./jun. 2013. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/periodicos/arq\\_pdf/a\\_1399.pdf](http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_1399.pdf). Acesso em: 17 dez. 2019.

IBGE. Instituto brasileiro de geografia e estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Série Relatórios Metodológicos. 3. ed. Rio de Janeiro, v. 29, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97483.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2019.

JUNQUILHO, G. S. **Teorias da Administração Pública**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração Pública) - Universidade Aberta do Brasil, Florianópolis, 2010. Disponível em: [http://ead.uepb.edu.br/arquivos/Livros\\_UEPB\\_053\\_2012/01-teorias%20da%20administra%E7%E3o%20publica/livro%20grafica%20TGAPublica.pdf](http://ead.uepb.edu.br/arquivos/Livros_UEPB_053_2012/01-teorias%20da%20administra%E7%E3o%20publica/livro%20grafica%20TGAPublica.pdf). Acesso em: 17 dez. 2019.

KOHAMA, H. **Balancos Públicos: Teoria e Prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000. ISBN: 978-85-2242-42-90.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: [http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\\_of\\_historia-i/historia-ii/china-e-india/view](http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view). Acesso em: 17 dez. 2019.

LEISTER, A. C.; CHIAPPIN, J. R. N. A Teoria da democracia de Giovanni Sartori: Uma defesa da democracia representativa. **Revista Política Hoje**, Pernambuco, v. 22, n. 2, p. 65-86, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3764/3068>. Acesso em: 17 dez. 2019.

LEITE FILHO, G. A.; FIALHO, T. M. M. Relação entre indicadores de gestão pública e de desenvolvimento dos municípios brasileiros. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 20, n. 67, p. 277-295, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/52080/56632>. Acesso em: 17 dez. 2019.

LOUZANO, J. P. O.; ABRANTES, L. A.; FERREIRA, M. A. M.; ZUCCOLOTTO, R. Causalidade de Granger do índice de desenvolvimento socioeconômico na gestão fiscal dos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 610-627, maio/jun. 2019. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/78988/75614>. Acesso em: 17 dez. 2019.

MARCOMINI, L. H.; ARAÚJO, M. P. Dispendio com educação e saúde versus IDH: uma análise econométrica. In: CINGEN – CONFERÊNCIA INTERNACIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS, 2., 2017. Cascavél. **Anais [...]**. Cascavél: UNIOESTE, 2017. Disponível em: <https://midas.unioeste.br/sgev/eventos/CINGEN/anais>. Acesso em: 17 dez. 2019.

MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. São Paulo: Atlas, 1994. 116 p.

MARTINS, M. E. G. Coeficiente de correlação amostral. **Revista de Ciência Elementar**, v. 2, n. 2, p.34-36, abr./jun. 2014. Disponível em: [https://www.fc.up.pt/pessoas/jfgomes/pdf/revistaCienciaElementar\\_v2n2.pdf](https://www.fc.up.pt/pessoas/jfgomes/pdf/revistaCienciaElementar_v2n2.pdf). Acesso em: 17 dez. 2019.

MENEZES, D. B.; POSSAMAI, A. J.; Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Urbano (IDHM-U): proposta de um novo índice sintético para as Regiões Metropolitanas. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 73-84, 2016. Disponível em: <https://revistas.dee.spvgg.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/3580/3661>. Acesso em: 17 dez. 2019.

MINISTÉRIO DA FAZENDA, Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 7. ed. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 2016. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d>. Acesso em: 17 dez. 2019

MOREIRA, R. B. **Panóptico da modernidade: transparência, *accountability* e controles sociais no Conselho Nacional do Ministério Público**. 2019. Dissertação (Pós-Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. Disponível em: [http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_13757\\_Disserta%E7%E3o%20final-corrigida.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_13757_Disserta%E7%E3o%20final-corrigida.pdf). Acesso em: 03 dez. 2019.

MOREIRA, R. L.; LYRA, I. X. M.; MACEDO, M. A. S.; SAUERBRONN, F. F. Relevância dos gastos públicos na determinação do desenvolvimento municipal no Estado do Espírito Santo. In: ENCONTRO DA ANPAD, 37., Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: EnANPAD, 2013. p. 1-14. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013\\_EnANPAD\\_CON1375.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_CON1375.pdf). Acesso em: 17 dez. 2019.

PAIVA, D.; SOUZA, M. R.; LOPES, G. F. As Percepções sobre Democracia, Cidadania e Direitos. **Opinião Pública**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 368-376, out. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v10n2/22022.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2019

PAULA, A. P. P. **Por uma nova gestão pública**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

PEREIRA, G. A.; MOREIRA, T. B. S. A influência dos consórcios intermunicipais de saúde no índice Firjan de desenvolvimento municipal (IFDM). **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 46, p. 131-159, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/520/387>. Acesso em: 17 dez. 2019.

PENMAN, S. H. **Análise das Demonstrações Financeiras e Security e Valuation**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (Brasil). 2019. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em: 11 jun. 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (Brasil); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: Ranking: Todo o Brasil**, 2010. 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking/>. Acesso em: 11 jun. 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (Brasil); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013. Disponível em: [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/idhm/](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/). Acesso em: 11 jun. 2019.

REZENDE, A. J.; SLOMSKI, V.; CORRAR, L. J. A Gestão Pública Municipal e a Eficiência dos Gastos Públicos: Uma investigação empírica entre Políticas Públicas e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do Estado de São Paulo. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 24-40, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/75/36>. Acesso em: 17 dez. 2019

REZENDE, A. R. **Planejamento estratégico público ou privado**. São Paulo: Atlas, 2011. 168 p. ISBN: 978-8522462971.

ROCHA, L. A.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S.; POZ, M. E. S. D.; OLIVEIRA, F. P. S. O "efeito nefasto" da corrupção no Brasil: "quem paga mais?" Aplicações com o uso de regressões quantílicas com variáveis instrumentais. **Nova Economia**, [S.l.], v. 29, n. 1, p. 277-305, jun. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/neco/v29n1/1980-5381-neco-29-01-0277.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2019.

WINZER, L. Relação entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e taxas de mortes violentas nas Unidades Federativas Brasileiras. **Journal of Human Growth and Development**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 211-217, 2016. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v26n2/pt\\_12.pdf](http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v26n2/pt_12.pdf). Acesso em: 17 dez. 2019.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A – PRODUTO TÉCNICO RESULTANTE DA DISSERTAÇÃO

### PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA - UFES

**Nome:** David da Silva Nunes.

**Título da dissertação:** A correlação entre determinadas despesas públicas e os indicadores IDH-M e IFDM na gestão pública municipal no Estado do Espírito Santo.

**Orientador:** Prof. Dr. Luiz Henrique Lima Faria.

**Destinatários do Produto Técnico:** Prefeituras dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

### NOTA TÉCNICA

#### 1. Problema de pesquisa

Para o presente estudo foi definido o seguinte problema de pesquisa: Quais despesas públicas, por função, executadas pelos municípios capixabas de 2002 a 2010 possuem correlação com os índices de desenvolvimento municipal IDH-M e IFDM de 2010?

#### 2. Metodologia utilizada na pesquisa

O trabalho efetuado pode ser classificado como uma pesquisa científica aplicada, descritiva e explicativa, pois visa identificar a relação entre variáveis, estimular novas análises e demonstrar práticas de gestão pública que podem elevar o desenvolvimento municipal.

A pesquisa é quantitativa no que diz respeito à metodologia adotada, haja vista que usou dados numéricos e técnicas estatísticas para analisar os resultados obtidos. A fim de entender a correlação entre as variáveis pesquisadas (determinadas despesas públicas e os indicadores IDH-M e IFDM) buscando uma contribuição para o aperfeiçoamento da gestão pública municipal.

Para tanto, o estudo considerou o coeficiente de Pearson ( $r$ ) como unidade de medida a fim de averiguar a existência de correlação estatística entre as variáveis – volume de despesas públicas (2002 a 2010) e os indicadores IDH-M e IFDM de 2010 dos municípios capixabas.

### 3. Conclusão da Pesquisa

Este estudo constatou que a média do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) dos municípios do Estado do Espírito Santo (ES) cresceu 33,80% de 1991 para 2000 e 19,72% de 2000 para 2010, evidenciando que o avanço no desenvolvimento social pode ser acelerado pela ação do homem.

Neste contexto, os gestores públicos municipais possuem uma parcela de contribuição para o avanço da sociedade, pois são agentes trabalhando em nome da população com o objetivo de atender seus anseios e necessidades.

A presente pesquisa buscou investigar quais despesas públicas contribuem para o crescimento do resultado do IDH dos municípios e do IFDM, se uma maior aplicação de recursos públicos em determinadas despesas públicas contribui para a melhora dos níveis de desenvolvimento humano e se a despesa *per capita* de um município apresenta influência sobre os resultados do IDH-M e do IFDM.

Diante dos resultados obtidos diagnosticou-se, por meio do coeficiente de correlação de Person ( $r$ ), a existência de indícios de uma relação significativa entre a evolução dos indicadores IDH-M e IFDM e o volume de recursos totais, aplicados entre 2002 e 2010, nas despesas públicas de educação, saúde, saneamento e urbanismo.

Verificou-se, pela metodologia aplicada, que a despesa *per capita* não indica ter influência no resultado do IDH municipal e do IFDM, induzindo apenas que o volume de recursos aplicados em determinadas despesas públicas é que contribui para a melhora destes índices.

Como os resultados indicam correlação moderada, pode-se aferir que outros fatores também interferem nos resultados do IDH-M e do IFDM, todavia, não se pode negar a existência de relevante relação entre as variáveis citadas acima e as medidas dos referidos indicadores.

Portanto, a hipótese proposta inicialmente neste trabalho de que as aplicações de recursos públicos em determinadas despesas contribuem para a promoção acelerada do desenvolvimento social e humano é induzida diante dos resultados apresentados.

#### **4. Aplicabilidade dos resultados obtidos aos Municípios do ES**

Diante das considerações e das conclusões alcançadas nesta pesquisa, sugerimos aos gestores públicos municipais do Estado do Espírito Santo a adoção das seguintes medidas para acelerar o desenvolvimento municipal e o desenvolvimento humano:

- a) Concentração da aplicação dos recursos públicos nas seguintes despesas públicas: educação, saúde, saneamento e urbanismo;
- b) Definição de um percentual mínimo anual de aplicação dos recursos públicos nas despesas de educação, saúde, saneamento e urbanismo;
- c) Adoção dos indicadores IDH-M e IFDM como medidores da efetividade da gestão pública adotada;
- d) Estabelecimento de metas a serem alcançadas periodicamente nesses indicadores;
- e) Divulgação dos percentuais aplicados em cada tipo de despesa pública, das metas a serem atingidas e dos resultados obtidos nos indicadores IDH-M e IFDM no portal da transparência de cada Município.

**ANEXOS**

## ANEXO A – DADOS DAS DESPESAS PÚBLICAS COM EDUCAÇÃO

Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Educação						
N	População	Municípios	Desp. Educação 2002 a 2010	Total Geral Despesas 2002 a 2010	% Desp. c/ Educação	Desp. c/ Educação <i>Per Capita</i>
1	30.720	Afonso Cláudio	NA	268.751.369,67	NA	NA
2	11.131	Água Doce do Norte	39.077.283,92	126.780.256,19	30,82%	3510,67
3	9.653	Águia Branca	39.116.723,82	116.339.957,45	33,62%	4052,29
4	30.568	Alegre	90.010.680,98	309.366.017,02	29,10%	2944,60
5	14.566	Alfredo Chaves	41.151.106,12	151.300.516,76	27,20%	2825,15
6	7.798	Alto Rio Novo	NA	90.261.366,21	NA	NA
7	28.736	Anchieta	180.460.218,91	653.507.423,52	27,61%	6279,94
8	7.580	Apiacá	27.613.887,62	NA	NA	3642,99
9	99.305	Aracruz	382.087.025,81	1.543.490.899,90	24,75%	3847,61
10	11.765	Atilio Vivacqua	40.197.740,87	122.119.977,37	32,92%	3416,72
11	30.862	Baixo Guandu	98.405.993,18	312.717.986,45	31,47%	3188,58
12	44.315	Barra de São Francisco	NA	322.717.114,43	NA	NA
13	14.982	Boa Esperança	43.125.374,37	148.573.317,46	29,03%	2878,48
14	9.910	Bom Jesus do Norte	NA	NA	NA	NA
15	12.381	Brejetuba	31.095.454,60	146.836.013,58	21,18%	2511,55
16	207.324	Cachoeiro de Itapemirim	400.316.046,80	1.387.586.042,02	28,85%	1930,87
17	378.603	Cariacica	606.690.237,11	NA	NA	1602,44
18	37.317	Castelo	99.752.363,21	329.336.495,03	30,29%	2673,11
19	121.580	Colatina	299.439.270,58	1.020.530.173,73	29,34%	2462,90
20	30.849	Conceição da Barra	100.944.911,01	319.671.159,39	31,58%	3272,23
21	12.638	Conceição do Castelo	NA	153.210.928,45	NA	NA

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Educação</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Educação 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Educação</b>	<b>Desp. c/ Educação Per Capita</b>
22	4.338	Divino de São Lourenço	13.116.302,76	67.144.629,67	19,53%	3023,58
23	33.711	Domingos Martins	NA	326.103.090,91	NA	NA
24	6.727	Dores do Rio Preto	NA	77.779.527,65	NA	NA
25	23.014	Ecoporanga	63.056.099,07	237.836.591,95	26,51%	2739,90
26	21.061	Fundão	58.280.661,22	198.340.879,36	29,38%	2767,23
27	12.535	Governador Lindenberg	24.842.019,59	NA	NA	1981,81
28	30.607	Guaçuí	78.686.261,05	268.095.361,50	29,35%	2570,86
29	122.982	Guarapari	264.286.366,95	784.240.374,75	33,70%	2148,98
30	25.732	Ibatiba	63.805.106,90	193.026.974,62	33,06%	2479,60
31	12.365	Ibiraçu	32.102.386,77	142.705.001,76	22,50%	2596,23
32	8.919	Ibitirama	30.567.343,20	104.626.073,03	29,22%	3427,22
33	13.745	Iconha	37.267.241,10	151.999.991,23	24,52%	2711,33
34	13.226	Irupi	37.655.063,66	121.143.896,11	31,08%	2847,05
35	14.109	Itaguaçu	46.432.117,62	NA	NA	3290,96
36	34.032	Itapemirim	86.942.180,91	396.837.325,48	21,91%	2554,72
37	10.619	Itarana	29.123.042,42	122.713.305,49	23,73%	2742,54
38	29.030	Iúna	87.701.002,54	232.222.126,83	37,77%	3021,05
39	29.904	Jaguaré	104.436.647,79	362.742.916,35	28,79%	3492,40
40	11.744	Jerônimo Monteiro	28.975.506,26	113.353.905,07	25,56%	2467,26
41	16.614	João Neiva	58.287.730,98	202.593.656,67	28,77%	3508,35
42	10.961	Laranja da Terra	NA	119.378.979,91	NA	NA
43	170.364	Linhares	412.451.024,09	1.677.606.109,72	24,59%	2421,00
44	15.194	Mantenópolis	36.296.536,52	130.598.772,47	27,79%	2388,87
45	38.108	Marataízes	82.131.400,60	254.100.484,56	32,32%	2155,23
46	16.464	Marechal Floriano	46.710.013,62	170.377.867,16	27,42%	2837,10
47	12.700	Marilândia	29.632.225,82	122.509.946,31	24,19%	2333,25

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Educação</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Educação 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Educação</b>	<b>Desp. c/ Educação Per Capita</b>
48	26.191	Mimoso do Sul	62.697.429,74	244.486.974,12	25,64%	2393,85
49	18.770	Montanha	70.077.490,31	195.730.430,99	35,80%	3733,48
50	5.552	Mucurici	25.960.344,04	98.722.800,08	26,30%	4675,85
51	17.613	Muniz Freire	69.102.351,95	203.355.578,18	33,98%	3923,37
52	15.370	Muqui	34.684.189,31	133.475.025,14	25,99%	2256,62
53	49.780	Nova Venécia	146.197.459,85	412.726.510,65	35,42%	2936,87
54	23.059	Pancas	NA	NA	NA	NA
55	25.982	Pedro Canário	52.143.413,20	197.163.579,16	26,45%	2006,91
56	26.763	Pinheiros	NA	242.200.998,61	NA	NA
57	21.363	Piúma	56.636.686,31	175.997.190,36	32,18%	2651,16
58	7.784	Ponto Belo	27.434.935,57	98.708.452,87	27,79%	3524,53
59	11.488	Presidente Kennedy	74.734.579,95	NA	NA	6505,45
60	19.009	Rio Bananal	59.882.612,35	199.163.982,94	30,07%	3150,22
61	11.618	Rio Novo do Sul	30.249.900,94	112.369.241,62	26,92%	2603,71
62	12.300	Santa Leopoldina	40.723.930,62	152.470.274,54	26,71%	3310,89
63	39.849	Santa Maria de Jetibá	86.894.453,42	314.120.244,84	27,66%	2180,59
64	23.392	Santa Teresa	78.775.620,57	247.516.107,53	31,83%	3367,63
65	8.589	São Domingos do Norte	33.292.151,19	104.394.795,20	31,89%	3876,14
66	37.361	São Gabriel da Palha	68.693.456,28	254.789.462,63	26,96%	1838,64
67	10.566	São José do Calçado	31.847.432,89	NA	NA	3014,14
68	128.542	São Mateus	358.665.063,73	1.002.074.463,14	35,79%	2790,26
69	12.318	São Roque do Canaã	27.105.864,55	109.628.753,22	24,73%	2200,51
70	507.598	Serra	1.087.326.191,67	3.978.920.243,62	27,33%	2142,10
71	29.449	Sooretama	75.695.125,06	206.102.681,49	36,73%	2570,38

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Educação</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Educação 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Educação</b>	<b>Desp. c/ Educação <i>Per Capita</i></b>
72	21.207	Vargem Alta	NA	NA	NA	NA
73	24.800	Venda Nova do Imigrante	52.061.353,41	217.006.203,88	23,99%	2099,25
74	76.954	Viana	192.871.955,07	536.661.627,53	35,94%	2506,33
75	9.171	Vila Pavão	34.286.681,30	107.412.286,70	31,92%	3738,60
76	14.087	Vila Valério	NA	159.239.232,18	NA	NA
77	486.208	Vila Velha	811.535.871,89	2.839.311.998,66	28,58%	1669,11
78	358.267	Vitória	1.567.326.269,92	7.129.232.980,06	21,98%	4374,74

Fonte: COMPARA BRASIL, 2019; Elaborado pelo autor.

## ANEXO B – DADOS DAS DESPESAS PÚBLICAS COM SAÚDE

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Saúde</b>						
N	População	Municípios	Desp. Saúde 2002 a 2010	Total Geral Despesas 2002 a 2010	% Desp. c/ Saúde	Desp. c/ Saúde <i>Per Capita</i>
1	30.720	Afonso Cláudio	NA	268.751.369,67	NA	NA
2	11.131	Água Doce do Norte	23.419.155,90	126.780.256,19	18,47%	2103,96
3	9.653	Águia Branca	21.540.532,06	116.339.957,45	18,52%	2231,49
4	30.568	Alegre	57.171.455,85	309.366.017,02	18,48%	1870,30
5	14.566	Alfredo Chaves	31.025.494,97	151.300.516,76	20,51%	2129,99
6	7.798	Alto Rio Novo	NA	90.261.366,21	NA	NA
7	28.736	Anchieta	126.220.858,56	653.507.423,52	19,31%	4392,43
8	7.580	Apiacá	19.365.296,24	NA	NA	2554,79
9	99.305	Aracruz	271.421.404,44	1.543.490.899,90	17,58%	2733,21
10	11.765	Atilio Vivacqua	27.838.890,02	122.119.977,37	22,80%	2366,25
11	30.862	Baixo Guandu	56.973.413,20	312.717.986,45	18,22%	1846,07
12	44.315	Barra de São Francisco	NA	322.717.114,43	NA	NA
13	14.982	Boa Esperança	31.440.945,12	148.573.317,46	21,16%	2098,58
14	9.910	Bom Jesus do Norte	NA	NA	NA	NA
15	12.381	Brejetuba	16.576.854,13	146.836.013,58	11,29%	1338,89
16	207.324	Cachoeiro de Itapemirim	223.630.910,05	1.387.586.042,02	16,12%	1078,65
17	378.603	Cariacica	188.470.530,07	NA	NA	497,81
18	37.317	Castelo	67.210.803,90	329.336.495,03	20,41%	1801,08
19	121.580	Colatina	221.151.893,14	1.020.530.173,73	21,67%	1818,98
20	30.849	Conceição da Barra	57.988.460,85	319.671.159,39	18,14%	1879,75
21	12.638	Conceição do Castelo	NA	153.210.928,45	NA	NA

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Saúde</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Saúde 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Saúde</b>	<b>Desp. c/ Saúde Per Capita</b>
22	4.338	Divino de São Lourenço	13.895.407,23	67.144.629,67	20,69%	3203,18
23	33.711	Domingos Martins	NA	326.103.090,91	NA	NA
24	6.727	Dores do Rio Preto	NA	77.779.527,65	NA	NA
25	23.014	Ecoporanga	58.622.572,34	237.836.591,95	24,65%	2547,26
26	21.061	Fundão	39.605.727,76	198.340.879,36	19,97%	1880,52
27	12.535	Governador Lindenberg	28.909.510,69	NA	NA	2306,30
28	30.607	Guaçuí	49.121.573,87	268.095.361,50	18,32%	1604,91
29	122.982	Guarapari	101.288.476,71	784.240.374,75	12,92%	823,60
30	25.732	Ibatiba	40.483.382,17	193.026.974,62	20,97%	1573,27
31	12.365	Ibiraçu	26.408.023,75	142.705.001,76	18,51%	2135,71
32	8.919	Ibitirama	18.335.741,70	104.626.073,03	17,53%	2055,81
33	13.745	Iconha	26.545.336,54	151.999.991,23	17,46%	1931,27
34	13.226	Irupi	24.749.378,31	121.143.896,11	20,43%	1871,27
35	14.109	Itaguaçu	32.460.218,22	NA	NA	2300,67
36	34.032	Itapemirim	55.471.161,91	396.837.325,48	13,98%	1629,97
37	10.619	Itarana	24.049.161,52	122.713.305,49	19,60%	2264,73
38	29.030	Iúna	39.372.444,74	232.222.126,83	16,95%	1356,27
39	29.904	Jaguaré	57.407.935,85	362.742.916,35	15,83%	1919,74
40	11.744	Jerônimo Monteiro	18.611.818,32	113.353.905,07	16,42%	1584,79
41	16.614	João Neiva	39.129.196,69	202.593.656,67	19,31%	2355,19
42	10.961	Laranja da Terra	NA	119.378.979,91	NA	NA
43	170.364	Linhares	389.319.362,57	1.677.606.109,72	23,21%	2285,22
44	15.194	Mantenópolis	25.837.118,66	130.598.772,47	19,78%	1700,48
45	38.108	Marataízes	47.238.380,65	254.100.484,56	18,59%	1239,59
46	16.464	Marechal Floriano	33.644.678,24	170.377.867,16	19,75%	2043,53
47	12.700	Marilândia	32.168.347,43	122.509.946,31	26,26%	2532,94

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Saúde</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Saúde 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Saúde</b>	<b>Desp. c/ Saúde Per Capita</b>
48	26.191	Mimoso do Sul	56.547.793,18	244.486.974,12	23,13%	2159,05
49	18.770	Montanha	36.833.618,12	195.730.430,99	18,82%	1962,37
50	5.552	Mucurici	17.946.547,69	98.722.800,08	18,18%	3232,45
51	17.613	Muniz Freire	34.782.635,96	203.355.578,18	17,10%	1974,83
52	15.370	Muqui	33.273.501,03	133.475.025,14	24,93%	2164,83
53	49.780	Nova Venécia	85.271.241,85	412.726.510,65	20,66%	1712,96
54	23.059	Pancas	NA	NA	NA	NA
55	25.982	Pedro Canário	35.134.315,32	197.163.579,16	17,82%	1352,26
56	26.763	Pinheiros	NA	242.200.998,61	NA	NA
57	21.363	Piúma	37.954.510,89	175.997.190,36	21,57%	1776,65
58	7.784	Ponto Belo	19.404.131,45	98.708.452,87	19,66%	2492,82
59	11.488	Presidente Kennedy	51.536.827,17	NA	NA	4486,14
60	19.009	Rio Bananal	44.032.776,71	199.163.982,94	22,11%	2316,42
61	11.618	Rio Novo do Sul	22.467.536,89	112.369.241,62	19,99%	1933,86
62	12.300	Santa Leopoldina	27.819.097,45	152.470.274,54	18,25%	2261,72
63	39.849	Santa Maria de Jetibá	73.984.648,65	314.120.244,84	23,55%	1856,62
64	23.392	Santa Teresa	58.060.761,17	247.516.107,53	23,46%	2482,08
65	8.589	São Domingos do Norte	18.179.291,75	104.394.795,20	17,41%	2116,58
66	37.361	São Gabriel da Palha	46.461.800,52	254.789.462,63	18,24%	1243,59
67	10.566	São José do Calçado	25.436.303,76	NA	NA	2407,37
68	128.542	São Mateus	145.823.569,11	1.002.074.463,14	14,55%	1134,44
69	12.318	São Roque do Canaã	29.167.140,75	109.628.753,22	26,61%	2367,85
70	507.598	Serra	667.357.775,85	3.978.920.243,62	16,77%	1314,74
71	29.449	Sooretama	37.085.432,30	206.102.681,49	17,99%	1259,31

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Saúde</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Saúde 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Saúde</b>	<b>Desp. c/ Saúde Per Capita</b>
72	21.207	Vargem Alta	NA	NA	NA	NA
73	24.800	Venda Nova do Imigrante	51.238.713,42	217.006.203,88	23,61%	2066,08
74	76.954	Viana	85.754.002,76	536.661.627,53	15,98%	1114,35
75	9.171	Vila Pavão	16.286.481,95	107.412.286,70	15,16%	1775,87
76	14.087	Vila Valério	NA	159.239.232,18	NA	NA
77	486.208	Vila Velha	406.441.540,17	2.839.311.998,66	14,31%	835,94
78	358.267	Vitória	1.050.393.694,01	7129232980	14,73%	2931,87

Fonte: COMPARA BRASIL, 2019; Elaborado pelo autor.

**ANEXO C – DADOS DAS DESPESAS PÚBLICAS COM SANEAMENTO**

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Saneamento</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Saneamento 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Saneamento</b>	<b>Desp. c/ Saneamento Per Capita</b>
1	30.720	Afonso Cláudio	NA	195.730.430,99	NA	NA
2	11.131	Água Doce do Norte	2.161.415,50	126.780.256,19	1,70%	194,18
3	9.653	Águia Branca	3.057.346,78	362.742.916,35	0,84%	316,73
4	30.568	Alegre	12.369.527,05	309.366.017,02	4,00%	404,66
5	14.566	Alfredo Chaves	2.171.896,56	151.300.516,76	1,44%	149,11
6	7.798	Alto Rio Novo	NA	90.261.366,21	NA	NA
7	28.736	Anchieta	2.125.694,49	653.507.423,52	0,33%	73,97
8	7.580	Apiacá	411.415,20	NA	NA	54,28
9	99.305	Aracruz	62.711.949,25	1.543.490.899,90	4,06%	631,51
10	11.765	Atilio Vivacqua	587.728,68	122.119.977,37	0,48%	49,96
11	30.862	Baixo Guandu	18.550.689,50	312.717.986,45	5,93%	601,09
12	44.315	Barra de São Francisco	NA	322.717.114,43	NA	NA
13	14.982	Boa Esperança	566.732,21	148.573.317,46	0,38%	37,83
14	9.910	Bom Jesus do Norte	NA	NA	NA	NA
15	12.381	Brejetuba	991.943,76	146.836.013,58	0,68%	80,12
16	207.324	Cachoeiro de Itapemirim	NA	1.387.586.042,02	NA	NA
17	378.603	Cariacica	11.817.619,10	198.340.879,36	5,96%	31,21
18	37.317	Castelo	2.734.771,96	142.705.001,76	1,92%	73,28
19	121.580	Colatina	63.751.061,01	1.020.530.173,73	6,25%	524,35
20	30.849	Conceição da Barra	1.587.070,50	199.163.982,94	0,80%	51,45
21	12.638	Conceição do Castelo	NA	244.486.974,12	NA	NA

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Saneamento</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Saneamento 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Saneamento</b>	<b>Desp. c/ Saneamento Per Capita</b>
22	4.338	Divino de São Lourenço	209.556,14	67.144.629,67	0,31%	48,31
23	33.711	Domingos Martins	NA	98.708.452,87	NA	NA
24	6.727	Dores do Rio Preto	NA	396.837.325,48	NA	NA
25	23.014	Ecoporanga	1.756.217,57	237.836.591,95	0,74%	76,31
26	21.061	Fundão	1.074.076,84	NA	NA	51,00
27	12.535	Governador Lindenberg	4.829.124,00	133.475.025,14	3,62%	385,25
28	30.607	Guaçuí	14.101.076,78	268.095.361,50	5,26%	460,71
29	122.982	Guarapari	2.424.068,11	784.240.374,75	0,31%	19,71
30	25.732	Ibatiba	647.453,64	193.026.974,62	0,34%	25,16
31	12.365	Ibiraçu	5.788.988,93	329.336.495,03	1,76%	468,18
32	8.919	Ibitirama	2.580.461,97	104.626.073,03	2,47%	289,32
33	13.745	Iconha	5.070.121,78	151.999.991,23	3,34%	368,87
34	13.226	Irupi	647.252,64	121.143.896,11	0,53%	48,94
35	14.109	Itaguaçu	6.012.480,50	NA	NA	426,15
36	34.032	Itapemirim	48.509.540,32	197.163.579,16	24,60%	1.425,41
37	10.619	Itarana	3.630.191,15	122.713.305,49	2,96%	341,86
38	29.030	Iúna	1.846.155,69	98.722.800,08	1,87%	63,59
39	29.904	Jaguaré	13.660.883,33	116.339.957,45	11,74%	456,82
40	11.744	Jerônimo Monteiro	5.088.230,96	113.353.905,07	4,49%	433,26
41	16.614	João Neiva	9.138.687,29	202.593.656,67	4,51%	550,06
42	10.961	Laranja da Terra	NA	119.378.979,91	NA	NA
43	170.364	Linhares	67.147.945,11	1.677.606.109,72	4,00%	394,14
44	15.194	Mantenópolis	732.089,05	130.598.772,47	0,56%	48,18
45	38.108	Marataízes	41.881,00	122.509.946,31	0,03%	1,10
46	16.464	Marechal Floriano	1.320.484,73	170.377.867,16	0,78%	80,20
47	12.700	Marilândia	3.226.119,74	254.100.484,56	1,27%	254,03

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Saneamento</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Saneamento 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Saneamento</b>	<b>Desp. c/ Saneamento Per Capita</b>
48	26.191	Mimoso do Sul	7.692.479,26	153.210.928,45	5,02%	293,71
49	18.770	Montanha	4.264.493,36	268.751.369,67	1,59%	227,20
50	5.552	Mucurici	2.217.534,51	232.222.126,83	0,95%	399,41
51	17.613	Muniz Freire	1.111.193,43	203.355.578,18	0,55%	63,09
52	15.370	Muqui	102.535,89	NA	NA	6,67
53	49.780	Nova Venécia	4.206.477,29	412.726.510,65	1,02%	84,50
54	23.059	Pancas	2.830.219,88	NA	NA	122,74
55	25.982	Pedro Canário	497.257,37	77.779.527,65	0,64%	19,14
56	26.763	Pinheiros	NA	242.200.998,61	NA	NA
57	21.363	Piúma	1.269.247,73	175.997.190,36	0,72%	59,41
58	7.784	Ponto Belo	1.869.527,09	326.103.090,91	0,57%	240,18
59	11.488	Presidente Kennedy	1.586.400,42	NA	NA	138,09
60	19.009	Rio Bananal	6.331.457,18	319.671.159,39	1,98%	333,08
61	11.618	Rio Novo do Sul	966.248,43	112.369.241,62	0,86%	83,17
62	12.300	Santa Leopoldina	0,00	152.470.274,54	0,00%	0,00
63	39.849	Santa Maria de Jetibá	2.532.041,04	314.120.244,84	0,81%	63,54
64	23.392	Santa Teresa	1.667.672,06	247.516.107,53	0,67%	71,29
65	8.589	São Domingos do Norte	3.016.413,78	104.394.795,20	2,89%	351,19
66	37.361	São Gabriel da Palha	4.871.830,73	254.789.462,63	1,91%	130,40
67	10.566	São José do Calçado	80.757,00	NA	NA	7,64
68	128.542	São Mateus	63.535.474,50	1.002.074.463,14	6,34%	494,28
69	12.318	São Roque do Canaã	462.774,85	109.628.753,22	0,42%	37,57
70	507.598	Serra	33.128.129,80	3.978.920.243,62	0,83%	65,26
71	29.449	Sooretama	8.955.008,64	206.102.681,49	4,34%	304,09

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Saneamento</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Saneamento 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Saneamento</b>	<b>Desp. c/ Saneamento Per Capita</b>
72	21.207	Vargem Alta	NA	NA	NA	NA
73	24.800	Venda Nova do Imigrante	3.173.575,99	217.006.203,88	1,46%	127,97
74	76.954	Viana	40.265.032,40	536.661.627,53	7,50%	523,24
75	9.171	Vila Pavão	1.441.892,52	107.412.286,70	1,34%	157,22
76	14.087	Vila Valério	NA	159.239.232,18	NA	NA
77	486.208	Vila Velha	65.016.652,06	2.839.311.998,66	2,29%	133,72
78	358.267	Vitória	148.935.421,83	7.129.232.980,06	2,09%	415,71

Fonte: COMPARA BRASIL, 2019; Elaborado pelo autor.

## ANEXO D – DADOS DAS DESPESAS PÚBLICAS COM AGRICULTURA

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Agricultura</b>						
N	População	Municípios	Desp. Agricultura 2002 a 2010	Total Geral Despesas 2002 a 2010	% Desp. c/ Agricultura	Desp. c/ Agricultura <i>Per Capita</i>
1	30.720	Afonso Cláudio	NA	195.730.430,99	NA	NA
2	11.131	Água Doce do Norte	5.363.014,78	126.780.256,19	4,23%	481,81
3	9.653	Águia Branca	12.621.644,16	362.742.916,35	3,48%	1.307,54
4	30.568	Alegre	4.215.621,42	309.366.017,02	1,36%	137,91
5	14.566	Alfredo Chaves	5.963.227,52	151.300.516,76	3,94%	409,39
6	7.798	Alto Rio Novo	NA	90.261.366,21	NA	NA
7	28.736	Anchieta	13.757.381,23	653.507.423,52	2,11%	478,75
8	7.580	Apiacá	2.642.627,09	NA	NA	348,63
9	99.305	Aracruz	22.778.423,92	1.543.490.899,90	1,48%	229,38
10	11.765	Atilio Vivacqua	7.208.503,17	122.119.977,37	5,90%	612,71
11	30.862	Baixo Guandu	4.758.274,53	312.717.986,45	1,52%	154,18
12	44.315	Barra de São Francisco	NA	322.717.114,43	NA	NA
13	14.982	Boa Esperança	10.698.066,93	148.573.317,46	7,20%	714,06
14	9.910	Bom Jesus do Norte	2.369.590,06	NA	NA	239,11
15	12.381	Brejetuba	NA	146.836.013,58	NA	NA
16	207.324	Cachoeiro de Itapemirim	11.500.369,69	1.387.586.042,02	0,83%	55,47
17	378.603	Cariacica	2.939.618,54	198.340.879,36	1,48%	7,76
18	37.317	Castelo	12.575.943,51	142.705.001,76	8,81%	337,00
19	121.580	Colatina	6.958.147,68	1.020.530.173,73	0,68%	57,23
20	30.849	Conceição da Barra	3.763.067,69	199.163.982,94	1,89%	121,98
21	12.638	Conceição do Castelo	NA	244.486.974,12	NA	NA

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Agricultura</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Agricultura 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Agricultura</b>	<b>Desp. c/ Agricultura Per Capita</b>
22	4.338	Divino de São Lourenço	3.593.209,48	67.144.629,67	5,35%	828,31
23	33.711	Domingos Martins	NA	98.708.452,87	NA	NA
24	6.727	Dores do Rio Preto	NA	396.837.325,48	NA	NA
25	23.014	Ecoporanga	7.944.282,75	237.836.591,95	3,34%	345,19
26	21.061	Fundão	6.829.222,84	NA	NA	324,26
27	12.535	Governador Lindenberg	8.041.547,02	133.475.025,14	6,02%	641,53
28	30.607	Guaçuí	11.286.669,48	268.095.361,50	4,21%	368,76
29	122.982	Guarapari	4.842.703,02	784.240.374,75	0,62%	39,38
30	25.732	Ibatiba	3.688.865,11	193.026.974,62	1,91%	143,36
31	12.365	Ibiraçu	2.652.794,16	329.336.495,03	0,81%	214,54
32	8.919	Ibitirama	1.544.464,87	104.626.073,03	1,48%	173,17
33	13.745	Iconha	4.785.253,67	151.999.991,23	3,15%	348,15
34	13.226	Irupi	4.110.354,16	121.143.896,11	3,39%	310,78
35	14.109	Itaguaçu	10.394.370,94	NA	NA	736,72
36	34.032	Itapemirim	9.879.293,16	197.163.579,16	5,01%	290,29
37	10.619	Itarana	9.171.257,99	122.713.305,49	7,47%	863,66
38	29.030	Iúna	5.189.380,87	98.722.800,08	5,26%	178,76
39	29.904	Jaguaré	9.768.758,60	116.339.957,45	8,40%	326,67
40	11.744	Jerônimo Monteiro	5.426.974,90	113.353.905,07	4,79%	462,11
41	16.614	João Neiva	5.641.777,16	202.593.656,67	2,78%	339,58
42	10.961	Laranja da Terra	NA	119.378.979,91	NA	NA
43	170.364	Linhares	9.890.731,99	1.677.606.109,72	0,59%	58,06
44	15.194	Mantenópolis	2.808.455,43	130.598.772,47	2,15%	184,84
45	38.108	Maratáizes	169.460,00	122.509.946,31	0,14%	4,45
46	16.464	Marechal Floriano	4.816.817,43	170.377.867,16	2,83%	292,57
47	12.700	Marilândia	7.583.528,42	254.100.484,56	2,98%	597,13

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Agricultura</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Agricultura 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Agricultura</b>	<b>Desp. c/ Agricultura Per Capita</b>
48	26.191	Mimoso do Sul	674.841,42	153.210.928,45	0,44%	25,77
49	18.770	Montanha	3.964.899,87	268.751.369,67	1,48%	211,24
50	5.552	Mucurici	4.282.871,30	232.222.126,83	1,84%	771,41
51	17.613	Muniz Freire	11.493.704,98	203.355.578,18	5,65%	652,57
52	15.370	Muqui	12.094.245,40	NA	NA	786,87
53	49.780	Nova Venécia	4.591.599,88	412.726.510,65	1,11%	92,24
54	23.059	Pancas	5.483.148,79	NA	NA	237,79
55	25.982	Pedro Canário	3.312.412,12	77.779.527,65	4,26%	127,49
56	26.763	Pinheiros	NA	242.200.998,61	NA	NA
57	21.363	Piúma	1.719.520,82	175.997.190,36	0,98%	80,49
58	7.784	Ponto Belo	8.394.143,05	326.103.090,91	2,57%	1.078,38
59	11.488	Presidente Kennedy	19.380.311,45	NA	NA	1.687,00
60	19.009	Rio Bananal	14.256.670,83	319.671.159,39	4,46%	750,00
61	11.618	Rio Novo do Sul	1.798.525,57	112.369.241,62	1,60%	154,81
62	12.300	Santa Leopoldina	4.851.056,27	152.470.274,54	3,18%	394,39
63	39.849	Santa Maria de Jetibá	6.362.993,22	314.120.244,84	2,03%	159,68
64	23.392	Santa Teresa	11.703.337,80	247.516.107,53	4,73%	500,31
65	8.589	São Domingos do Norte	7.447.895,72	104.394.795,20	7,13%	867,14
66	37.361	São Gabriel da Palha	9.261.322,70	254.789.462,63	3,63%	247,89
67	10.566	São José do Calçado	9.623.394,62	NA	NA	910,79
68	128.542	São Mateus	21.668.934,10	1.002.074.463,14	2,16%	168,57
69	12.318	São Roque do Canaã	9.950.116,11	109.628.753,22	9,08%	807,77
70	507.598	Serra	1.770.105,45	3.978.920.243,62	0,04%	3,49
71	29.449	Sooretama	4.033.045,22	206.102.681,49	1,96%	136,95

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Agricultura</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Agricultura 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Agricultura</b>	<b>Desp. c/ Agricultura Per Capita</b>
72	21.207	Vargem Alta	NA	NA	NA	NA
73	24.800	Venda Nova do Imigrante	5.435.599,50	217.006.203,88	2,50%	219,18
74	76.954	Viana	2.945.595,80	536.661.627,53	0,55%	38,28
75	9.171	Vila Pavão	10.180.101,84	107.412.286,70	9,48%	1.110,03
76	14.087	Vila Valério	NA	159.239.232,18	NA	NA
77	486.208	Vila Velha	290.800,82	2.839.311.998,66	0,01%	0,60
78	358.267	Vitória	0,00	7.129.232.980,06	0,00%	0,00

Fonte: COMPARA BRASIL, 2019; Elaborado pelo autor.

## ANEXO E – DADOS DAS DESPESAS PÚBLICAS COM HABITAÇÃO

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Habitação</b>						
N	População	Municípios	Desp. Habitação 2002 a 2010	Total Geral Despesas 2002 a 2010	% Desp. c/ Habitação	Desp. c/ Habitação <i>Per Capita</i>
1	30.720	Afonso Cláudio	400.000,00	195.730.430,99	0,20%	13,02
2	11.131	Água Doce do Norte	768.463,17	126.780.256,19	0,61%	69,04
3	9.653	Águia Branca	1.544.312,74	362.742.916,35	0,43%	159,98
4	30.568	Alegre	141.838,77	309.366.017,02	0,05%	4,64
5	14.566	Alfredo Chaves	174.610,64	151.300.516,76	0,12%	11,99
6	7.798	Alto Rio Novo	0,00	90.261.366,21	0,00%	0,00
7	28.736	Anchieta	886.698,10	653.507.423,52	0,14%	30,86
8	7.580	Apiacá	1.154.580,49	NA	NA	152,32
9	99.305	Aracruz	11.071.985,52	1.543.490.899,90	0,72%	111,49
10	11.765	Atilio Vivacqua	1.060.984,44	122.119.977,37	0,87%	90,18
11	30.862	Baixo Guandu	0,00	312.717.986,45	0,00%	0,00
12	44.315	Barra de São Francisco	1.740.830,22	322.717.114,43	0,54%	39,28
13	14.982	Boa Esperança	8.728,51	148.573.317,46	0,01%	0,58
14	9.910	Bom Jesus do Norte	114.053,00	NA	NA	11,51
15	12.381	Brejetuba	0,00	146.836.013,58	0,00%	0,00
16	207.324	Cachoeiro de Itapemirim	1.467.156,96	1.387.586.042,02	0,11%	7,08
17	378.603	Cariacica	8.521.797,40	198.340.879,36	4,30%	22,51
18	37.317	Castelo	1.051.340,79	142.705.001,76	0,74%	28,17
19	121.580	Colatina	3.828.392,58	1.020.530.173,73	0,38%	31,49
20	30.849	Conceição da Barra	79.272,17	199.163.982,94	0,04%	2,57
21	12.638	Conceição do Castelo	1.123.459,41	244.486.974,12	0,46%	88,90

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Habitação</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Habitação 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Habitação</b>	<b>Desp. c/ Habitação Per Capita</b>
22	4.338	Divino de São Lourenço	0,00	67.144.629,67	0,00%	0,00
23	33.711	Domingos Martins	58.796,93	98.708.452,87	0,06%	1,74
24	6.727	Dores do Rio Preto	0,00	396.837.325,48	0,00%	0,00
25	23.014	Ecoporanga	2.505.616,46	237.836.591,95	1,05%	108,87
26	21.061	Fundão	517.928,47	NA	NA	24,59
27	12.535	Governador Lindenberg	1.031.838,79	133.475.025,14	0,77%	82,32
28	30.607	Guaçuí	0,00	268.095.361,50	0,00%	0,00
29	122.982	Guarapari	3.210.783,00	784.240.374,75	0,41%	26,11
30	25.732	Ibatiba	592.144,23	193.026.974,62	0,31%	23,01
31	12.365	Ibiraçu	2.690.669,73	329.336.495,03	0,82%	217,60
32	8.919	Ibitirama	21.313,90	104.626.073,03	0,02%	2,39
33	13.745	Iconha	0,00	151.999.991,23	0,00%	0,00
34	13.226	Irupi	33.581,76	121.143.896,11	0,03%	2,54
35	14.109	Itaguaçu	0,00	NA	NA	0,00
36	34.032	Itapemirim	3.712.874,50	197.163.579,16	1,88%	109,10
37	10.619	Itarana	80.877,84	122.713.305,49	0,07%	7,62
38	29.030	Iúna	281.385,54	98.722.800,08	0,29%	9,69
39	29.904	Jaguaré	1.279.095,07	116.339.957,45	1,10%	42,77
40	11.744	Jerônimo Monteiro	477.095,66	113.353.905,07	0,42%	40,62
41	16.614	João Neiva	56.963,13	202.593.656,67	0,03%	3,43
42	10.961	Laranja da Terra	0,00	119.378.979,91	0,00%	0,00
43	170.364	Linhares	2.672.161,53	1.677.606.109,72	0,16%	15,69
44	15.194	Mantenópolis	4.900,00	130.598.772,47	0,00%	0,32
45	38.108	Marataízes	0,00	122.509.946,31	0,00%	0,00
46	16.464	Marechal Floriano	623.249,19	170.377.867,16	0,37%	37,86
47	12.700	Marilândia	125.081,38	254.100.484,56	0,05%	9,85

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Habitação</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Habitação 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Habitação</b>	<b>Desp. c/ Habitação Per Capita</b>
48	26.191	Mimoso do Sul	0,00	153.210.928,45	0,00%	0,00
49	18.770	Montanha	0,00	268.751.369,67	0,00%	0,00
50	5.552	Mucurici	0,00	232.222.126,83	0,00%	0,00
51	17.613	Muniz Freire	1.214.387,12	203.355.578,18	0,60%	68,95
52	15.370	Muqui	0,00	NA	NA	0,00
53	49.780	Nova Venécia	2.348.861,77	412.726.510,65	0,57%	47,18
54	23.059	Pancas	370.199,65	NA	NA	16,05
55	25.982	Pedro Canário	40.000,00	77.779.527,65	0,05%	1,54
56	26.763	Pinheiros	0,00	242.200.998,61	0,00%	0,00
57	21.363	Piúma	0,00	175.997.190,36	0,00%	0,00
58	7.784	Ponto Belo	0,00	326.103.090,91	0,00%	0,00
59	11.488	Presidente Kennedy	17.497.546,06	NA	NA	1.523,12
60	19.009	Rio Bananal	0,00	319.671.159,39	0,00%	0,00
61	11.618	Rio Novo do Sul	89.133,70	112.369.241,62	0,08%	7,67
62	12.300	Santa Leopoldina	238.084,39	152.470.274,54	0,16%	19,36
63	39.849	Santa Maria de Jetibá	552.679,88	314.120.244,84	0,18%	13,87
64	23.392	Santa Teresa	571.354,83	247.516.107,53	0,23%	24,43
65	8.589	São Domingos do Norte	696.843,32	104.394.795,20	0,67%	81,13
66	37.361	São Gabriel da Palha	267.845,00	254.789.462,63	0,11%	7,17
67	10.566	São José do Calçado	1.196.878,74	NA	NA	113,28
68	128.542	São Mateus	71.229,93	1.002.074.463,14	0,01%	0,55
69	12.318	São Roque do Canaã	138.877,00	109.628.753,22	0,13%	11,27
70	507.598	Serra	17.301.112,26	3.978.920.243,62	0,43%	34,08
71	29.449	Sooretama	1.016.197,40	206.102.681,49	0,49%	34,51

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Habitação</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Habitação 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Habitação</b>	<b>Desp. c/ Habitação <i>Per Capita</i></b>
72	21.207	Vargem Alta	149.431,69	NA	NA	7,05
73	24.800	Venda Nova do Imigrante	1.130.545,47	217.006.203,88	0,52%	45,59
74	76.954	Viana	1.098.425,13	536.661.627,53	0,20%	14,27
75	9.171	Vila Pavão	812.568,98	107.412.286,70	0,76%	88,60
76	14.087	Vila Valério	3.174.074,65	159.239.232,18	1,99%	225,32
77	486.208	Vila Velha	22.187.323,66	2.839.311.998,66	0,78%	45,63
78	358.267	Vitória	113.973.599,84	7.129.232.980,06	1,60%	318,12

Fonte: COMPARA BRASIL, 2019; Elaborado pelo autor.

**ANEXO F – DADOS DAS DESPESAS PÚBLICAS COM INDÚSTRIA**

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Indústria</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Indústria 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Indústria</b>	<b>Desp. c/ Indústria Per Capita</b>
1	30.720	Afonso Cláudio	NA	195.730.430,99	NA	NA
2	11.131	Água Doce do Norte	0,00	126.780.256,19	0,00%	0,00
3	9.653	Águia Branca	357.928,02	362.742.916,35	0,10%	37,08
4	30.568	Alegre	0,00	309.366.017,02	0,00%	0,00
5	14.566	Alfredo Chaves	0,00	151.300.516,76	0,00%	0,00
6	7.798	Alto Rio Novo	NA	90.261.366,21	NA	NA
7	28.736	Anchieta	2.217.251,37	653.507.423,52	0,34%	77,16
8	7.580	Apiacá	0,00	NA	NA	0,00
9	99.305	Aracruz	0,00	1.543.490.899,90	0,00%	0,00
10	11.765	Atilio Vivacqua	0,00	122.119.977,37	0,00%	0,00
11	30.862	Baixo Guandu	147.957,56	312.717.986,45	0,05%	4,79
12	44.315	Barra de São Francisco	NA	322.717.114,43	NA	NA
13	14.982	Boa Esperança	0,00	148.573.317,46	0,00%	0,00
14	9.910	Bom Jesus do Norte	NA	NA	NA	NA
15	12.381	Brejetuba	0,00	146.836.013,58	0,00%	0,00
16	207.324	Cachoeiro de Itapemirim	2.776.258,68	1.387.586.042,02	0,20%	13,39
17	378.603	Cariacica	2.068.399,23	198.340.879,36	1,04%	5,46
18	37.317	Castelo	49.531,88	142.705.001,76	0,03%	1,33
19	121.580	Colatina	13.311,00	1.020.530.173,73	0,00%	0,11
20	30.849	Conceição da Barra	122.332,62	199.163.982,94	0,06%	3,97
21	12.638	Conceição do Castelo	NA	244.486.974,12	NA	NA

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Indústria</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Indústria 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Indústria</b>	<b>Desp. c/ Indústria Per Capita</b>
22	4.338	Divino de São Lourenço	0,00	67.144.629,67	0,00%	0,00
23	33.711	Domingos Martins	NA	98.708.452,87	NA	NA
24	6.727	Dores do Rio Preto	NA	396.837.325,48	NA	NA
25	23.014	Ecoporanga	0,00	237.836.591,95	0,00%	0,00
26	21.061	Fundão	11.563,35	NA	NA	0,55
27	12.535	Governador Lindenberg	0,00	133.475.025,14	0,00%	0,00
28	30.607	Guaçuí	0,00	268.095.361,50	0,00%	0,00
29	122.982	Guarapari	0,00	784.240.374,75	0,00%	0,00
30	25.732	Ibatiba	136.189,43	193.026.974,62	0,07%	5,29
31	12.365	Ibiraçu	0,00	329.336.495,03	0,00%	0,00
32	8.919	Ibitirama	0,00	104.626.073,03	0,00%	0,00
33	13.745	Iconha	0,00	151.999.991,23	0,00%	0,00
34	13.226	Irupi	0,00	121.143.896,11	0,00%	0,00
35	14.109	Itaguaçu	0,00	NA	NA	0,00
36	34.032	Itapemirim	596.843,55	197.163.579,16	0,30%	17,54
37	10.619	Itarana	0,00	122.713.305,49	0,00%	0,00
38	29.030	Iúna	44.941,00	98.722.800,08	0,05%	1,55
39	29.904	Jaguaré	117.457,00	116.339.957,45	0,10%	3,93
40	11.744	Jerônimo Monteiro	0,00	113.353.905,07	0,00%	0,00
41	16.614	João Neiva	0,00	202.593.656,67	0,00%	0,00
42	10.961	Laranja da Terra	NA	119.378.979,91	NA	NA
43	170.364	Linhares	11.497.619,18	1.677.606.109,72	0,69%	67,49
44	15.194	Mantenópolis	0,00	130.598.772,47	0,00%	0,00
45	38.108	Marataízes	0,00	122.509.946,31	0,00%	0,00
46	16.464	Marechal Floriano	0,00	170.377.867,16	0,00%	0,00
47	12.700	Marilândia	0,00	254.100.484,56	0,00%	0,00

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Indústria</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Indústria 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Indústria</b>	<b>Desp. c/ Indústria Per Capita</b>
48	26.191	Mimoso do Sul	0,00	153.210.928,45	0,00%	0,00
49	18.770	Montanha	0,00	268.751.369,67	0,00%	0,00
50	5.552	Mucurici	0,00	232.222.126,83	0,00%	0,00
51	17.613	Muniz Freire	385.330,35	203.355.578,18	0,19%	21,88
52	15.370	Muqui	0,00	NA	NA	0,00
53	49.780	Nova Venécia	386.643,64	412.726.510,65	0,09%	7,77
54	23.059	Pancas	NA	NA	NA	NA
55	25.982	Pedro Canário	0,00	77.779.527,65	0,00%	0,00
56	26.763	Pinheiros	NA	242.200.998,61	NA	NA
57	21.363	Piúma	1.579,00	175.997.190,36	0,00%	0,07
58	7.784	Ponto Belo	0,00	326.103.090,91	0,00%	0,00
59	11.488	Presidente Kennedy	0,00	NA	NA	0,00
60	19.009	Rio Bananal	0,00	319.671.159,39	0,00%	0,00
61	11.618	Rio Novo do Sul	9.168,99	112.369.241,62	0,01%	0,79
62	12.300	Santa Leopoldina	0,00	152.470.274,54	0,00%	0,00
63	39.849	Santa Maria de Jetibá	0,00	314.120.244,84	0,00%	0,00
64	23.392	Santa Teresa	0,00	247.516.107,53	0,00%	0,00
65	8.589	São Domingos do Norte	0,00	104.394.795,20	0,00%	0,00
66	37.361	São Gabriel da Palha	59.585,41	254.789.462,63	0,02%	1,59
67	10.566	São José do Calçado	0,00	NA	NA	0,00
68	128.542	São Mateus	0,00	1.002.074.463,14	0,00%	0,00
69	12.318	São Roque do Canaã	54.749,77	109.628.753,22	0,05%	4,44
70	507.598	Serra	390.260,04	3.978.920.243,62	0,01%	0,77
71	29.449	Sooretama	0,00	206.102.681,49	0,00%	0,00

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Indústria</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Indústria 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Indústria</b>	<b>Desp. c/ Indústria Per Capita</b>
72	21.207	Vargem Alta	NA	NA	NA	NA
73	24.800	Venda Nova do Imigrante	155.814,45	217.006.203,88	0,07%	6,28
74	76.954	Viana	0,00	536.661.627,53	0,00%	0,00
75	9.171	Vila Pavão	1.226.314,50	107.412.286,70	1,14%	133,72
76	14.087	Vila Valério	NA	159.239.232,18	NA	NA
77	486.208	Vila Velha	90.000,00	2.839.311.998,66	0,00%	0,19
78	358.267	Vitória	0,00	7.129.232.980,06	0,00%	0,00

Fonte: COMPARA BRASIL, 2019; Elaborado pelo autor.

## ANEXO G – DADOS DAS DESPESAS PÚBLICAS COM SEGURANÇA PÚBLICA

Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Segurança Pública						
N	População	Municípios	Desp. Segurança Pública 2002 a 2010	Total Geral Despesas 2002 a 2010	% Desp. c/ Segurança Pública	Desp. c/ Segurança Pública <i>Per Capita</i>
1	30.720	Afonso Cláudio	NA	195.730.430,99	NA	6.371,43
2	11.131	Água Doce do Norte	0,00	126.780.256,19	0,00%	11.389,84
3	9.653	Águia Branca	4.035,76	362.742.916,35	0,00%	37.578,26
4	30.568	Alegre	0,00	309.366.017,02	0,00%	10.120,58
5	14.566	Alfredo Chaves	0,00	151.300.516,76	0,00%	10.387,24
6	7.798	Alto Rio Novo	NA	90.261.366,21	NA	11.574,94
7	28.736	Anchieta	0,00	653.507.423,52	0,00%	22.741,77
8	7.580	Apiacá	59.092,29	NA	NA	NA
9	99.305	Aracruz	866.465,40	1.543.490.899,90	0,06%	15.542,93
10	11.765	Atilio Vivacqua	0,00	122.119.977,37	0,00%	10.379,94
11	30.862	Baixo Guandu	0,00	312.717.986,45	0,00%	10.132,78
12	44.315	Barra de São Francisco	NA	322.717.114,43	NA	7.282,34
13	14.982	Boa Esperança	12.400,00	148.573.317,46	0,01%	9.916,79
14	9.910	Bom Jesus do Norte	NA	NA	NA	NA
15	12.381	Brejetuba	166.831,29	146.836.013,58	0,11%	11.859,79
16	207.324	Cachoeiro de Itapemirim	5.851.870,69	1.387.586.042,02	0,42%	6.692,84
17	378.603	Cariacica	560.549,20	198.340.879,36	0,28%	523,88
18	37.317	Castelo	553.074,23	142.705.001,76	0,39%	3.824,13
19	121.580	Colatina	41.507,50	1.020.530.173,73	0,00%	8.393,90
20	30.849	Conceição da Barra	103.067,27	199.163.982,94	0,05%	6.456,09
21	12.638	Conceição do	0,00	244.486.974,12	0,00%	19.345,38

Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Segurança Pública						
N	População	Municípios	Desp. Segurança Pública 2002 a 2010	Total Geral Despesas 2002 a 2010	% Desp. c/ Segurança Pública	Desp. c/ Segurança Pública Per Capita
22	4.338	Castelo Divino de São Lourenço	0,00	67.144.629,67	0,00%	15.478,25
23	33.711	Domingos Martins	73.272,55	98.708.452,87	0,07%	2.928,08
24	6.727	Dores do Rio Preto	0,00	396.837.325,48	0,00%	58.991,72
25	23.014	Ecoporanga	0,00	237.836.591,95	0,00%	10.334,43
26	21.061	Fundão	1.023.182,20	NA	NA	NA
27	12.535	Governador Lindenberg	0,00	133.475.025,14	0,00%	10.648,19
28	30.607	Guaçuí	0,00	268.095.361,50	0,00%	8.759,28
29	122.982	Guarapari	0,00	784.240.374,75	0,00%	6.376,87
30	25.732	Ibatiba	0,00	193.026.974,62	0,00%	7.501,44
31	12.365	Ibiraçu	0,00	329.336.495,03	0,00%	26.634,57
32	8.919	Ibitirama	238.807,63	104.626.073,03	0,23%	11.730,70
33	13.745	Iconha	0,00	151.999.991,23	0,00%	11.058,57
34	13.226	Irupi	18.430,24	121.143.896,11	0,02%	9.159,53
35	14.109	Itaguaçu	0,00	NA	NA	NA
36	34.032	Itapemirim	2.838.180,63	197.163.579,16	1,44%	5.793,48
37	10.619	Itarana	0,00	122.713.305,49	0,00%	11.556,01
38	29.030	Iúna	0,00	98.722.800,08	0,00%	3.400,72
39	29.904	Jaguaré	653.107,00	116.339.957,45	0,56%	3.890,45
40	11.744	Jerônimo Monteiro	0,00	113.353.905,07	0,00%	9.652,07
41	16.614	João Neiva	597.915,19	202.593.656,67	0,30%	12.194,15
42	10.961	Laranja da Terra	78.366,07	119.378.979,91	0,07%	10.891,25
43	170.364	Linhares	17.434.873,88	1.677.606.109,72	1,04%	9.847,19
44	15.194	Mantenedópolis	0,00	130.598.772,47	0,00%	8.595,42
45	38.108	Maratáizes	262.301,00	122.509.946,31	0,21%	3.214,81
46	16.464	Marechal	58.850,86	170.377.867,16	0,03%	10.348,51

Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Segurança Pública						
N	População	Municípios	Desp. Segurança Pública 2002 a 2010	Total Geral Despesas 2002 a 2010	% Desp. c/ Segurança Pública	Desp. c/ Segurança Pública Per Capita
		Floriano				
47	12.700	Marilândia	46.762,63	254.100.484,56	0,02%	20.007,91
48	26.191	Mimoso do Sul	0,00	153.210.928,45	0,00%	5.849,75
49	18.770	Montanha	0,00	268.751.369,67	0,00%	14.318,13
50	5.552	Mucurici	0,00	232.222.126,83	0,00%	41.826,75
51	17.613	Muniz Freire	79.490,01	203.355.578,18	0,04%	11.545,77
52	15.370	Muqui	5.206,00	NA	NA	NA
53	49.780	Nova Venécia	0,00	412.726.510,65	0,00%	8.291,01
54	23.059	Pancas	0,00	NA	NA	NA
55	25.982	Pedro Canário	119.783,00	77.779.527,65	0,15%	2.993,59
56	26.763	Pinheiros	NA	242.200.998,61	NA	9.049,84
57	21.363	Piúma	1.605,46	175.997.190,36	0,00%	8.238,41
58	7.784	Ponto Belo	0,00	326.103.090,91	0,00%	41.894,03
59	11.488	Presidente Kennedy	3.287.189,88	NA	NA	NA
60	19.009	Rio Bananal	40.000,00	319.671.159,39	0,01%	16.816,83
61	11.618	Rio Novo do Sul	163.277,14	112.369.241,62	0,15%	9.672,00
62	12.300	Santa Leopoldina	0,00	152.470.274,54	0,00%	12.395,96
63	39.849	Santa Maria de Jetibá	0,00	314.120.244,84	0,00%	7.882,76
64	23.392	Santa Teresa	7.800,00	247.516.107,53	0,00%	10.581,23
65	8.589	São Domingos do Norte	0,00	104.394.795,20	0,00%	12.154,48
66	37.361	São Gabriel da Palha	88.120,00	254.789.462,63	0,03%	6.819,66
67	10.566	São José do Calçado	0,00	NA	NA	NA
68	128.542	São Mateus	1.514.332,61	1.002.074.463,14	0,15%	7.795,70
69	12.318	São Roque	0,00	109.628.753,22	0,00%	8.899,88

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Segurança Pública</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Segurança Pública 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Segurança Pública</b>	<b>Desp. c/ Segurança Pública Per Capita</b>
		do Canaã				
70	507.598	Serra	10.633.709,94	3.978.920.243,62	0,27%	7.838,72
71	29.449	Sooretama	42.697,97	206.102.681,49	0,02%	6.998,63
72	21.207	Vargem Alta	36.817,02	NA	NA	NA
73	24.800	Venda Nova do Imigrante	0,00	217.006.203,88	0,00%	8.750,25
74	76.954	Viana	79.247,91	536.661.627,53	0,01%	6.973,80
75	9.171	Vila Pavão	0,00	107.412.286,70	0,00%	11.712,17
76	14.087	Vila Valério	0,00	159.239.232,18	0,00%	11.303,98
77	486.208	Vila Velha	5.156.750,71	2.839.311.998,66	0,18%	5.839,71
78	358.267	Vitória	94.588.300,40	7.129.232.980,06	1,33%	19.899,22

Fonte: COMPARA BRASIL, 2019; Elaborado pelo autor.

## ANEXO H – DADOS DAS DESPESAS PÚBLICAS COM TRABALHO

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Trabalho</b>						
N	População	Municípios	Desp. Trabalho 2002 a 2010	Total Geral Despesas 2002 a 2010	% Desp. c/ Trabalho	Desp. c/ Trabalho <i>Per Capita</i>
1	30.720	Afonso Cláudio	744.928,62	195.730.430,99	0,38%	24,25
2	11.131	Água Doce do Norte	0,00	126.780.256,19	0,00%	0,00
3	9.653	Águia Branca	18.158,31	362.742.916,35	0,01%	1,88
4	30.568	Alegre	2.613,80	309.366.017,02	0,00%	0,09
5	14.566	Alfredo Chaves	0,00	151.300.516,76	0,00%	0,00
6	7.798	Alto Rio Novo	0,00	90.261.366,21	0,00%	0,00
7	28.736	Anchieta	876.555,16	653.507.423,52	0,13%	30,50
8	7.580	Apiacá	0,00	NA	NA	0,00
9	99.305	Aracruz	501.669,00	1.543.490.899,90	0,03%	5,05
10	11.765	Atilio Vivacqua	0,00	122.119.977,37	0,00%	0,00
11	30.862	Baixo Guandu	0,00	312.717.986,45	0,00%	0,00
12	44.315	Barra de São Francisco	0,00	322.717.114,43	0,00%	0,00
13	14.982	Boa Esperança	0,00	148.573.317,46	0,00%	0,00
14	9.910	Bom Jesus do Norte	0,00	NA	NA	0,00
15	12.381	Brejetuba	0,00	146.836.013,58	0,00%	0,00
16	207.324	Cachoeiro de Itapemirim	1.481.450,16	1.387.586.042,02	0,11%	7,15
17	378.603	Cariacica	31.400,00	198.340.879,36	0,02%	0,08
18	37.317	Castelo	0,00	142.705.001,76	0,00%	0,00
19	121.580	Colatina	21.713.316,26	1.020.530.173,73	2,13%	178,59
20	30.849	Conceição da Barra	589.965,00	199.163.982,94	0,30%	19,12
21	12.638	Conceição do Castelo	54.233,67	244.486.974,12	0,02%	4,29

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Trabalho</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Trabalho 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Trabalho</b>	<b>Desp. c/ Trabalho Per Capita</b>
22	4.338	Divino de São Lourenço	0,00	67.144.629,67	0,00%	0,00
23	33.711	Domingos Martins	26.074,42	98.708.452,87	0,03%	0,77
24	6.727	Dores do Rio Preto	0,00	396.837.325,48	0,00%	0,00
25	23.014	Ecoporanga	0,00	237.836.591,95	0,00%	0,00
26	21.061	Fundão	302.203,70	NA	NA	14,35
27	12.535	Governador Lindenberg	24.526,45	133.475.025,14	0,02%	1,96
28	30.607	Guaçuí	407.955,00	268.095.361,50	0,15%	13,33
29	122.982	Guarapari	0,00	784.240.374,75	0,00%	0,00
30	25.732	Ibatiba	0,00	193.026.974,62	0,00%	0,00
31	12.365	Ibiraçu	0,00	329.336.495,03	0,00%	0,00
32	8.919	Ibitirama	0,00	104.626.073,03	0,00%	0,00
33	13.745	Iconha	0,00	151.999.991,23	0,00%	0,00
34	13.226	Irupi	0,00	121.143.896,11	0,00%	0,00
35	14.109	Itaguaçu	0,00	NA	NA	0,00
36	34.032	Itapemirim	98.635,10	197.163.579,16	0,05%	2,90
37	10.619	Itarana	3.702,48	122.713.305,49	0,00%	0,35
38	29.030	Iúna	0,00	98.722.800,08	0,00%	0,00
39	29.904	Jaguaré	0,00	116.339.957,45	0,00%	0,00
40	11.744	Jerônimo Monteiro	0,00	113.353.905,07	0,00%	0,00
41	16.614	João Neiva	8.294,43	202.593.656,67	0,00%	0,50
42	10.961	Laranja da Terra	0,00	119.378.979,91	0,00%	0,00
43	170.364	Linhares	0,00	1.677.606.109,72	0,00%	0,00
44	15.194	Mantenópolis	0,00	130.598.772,47	0,00%	0,00
45	38.108	Marataízes	230.000,00	122.509.946,31	0,19%	6,04
46	16.464	Marechal Floriano	60.804,55	170.377.867,16	0,04%	3,69
47	12.700	Marilândia	476.625,62	254.100.484,56	0,19%	37,53

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Trabalho</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Trabalho 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Trabalho</b>	<b>Desp. c/ Trabalho Per Capita</b>
48	26.191	Mimoso do Sul	88.452,78	153.210.928,45	0,06%	3,38
49	18.770	Montanha	0,00	268.751.369,67	0,00%	0,00
50	5.552	Mucurici	0,00	232.222.126,83	0,00%	0,00
51	17.613	Muniz Freire	0,00	203.355.578,18	0,00%	0,00
52	15.370	Muqui	116.864,47	NA	NA	7,60
53	49.780	Nova Venécia	215.456,62	412.726.510,65	0,05%	4,33
54	23.059	Pancas	0,00	NA	NA	0,00
55	25.982	Pedro Canário	0,00	77.779.527,65	0,00%	0,00
56	26.763	Pinheiros	0,00	242.200.998,61	0,00%	0,00
57	21.363	Piúma	0,00	175.997.190,36	0,00%	0,00
58	7.784	Ponto Belo	0,00	326.103.090,91	0,00%	0,00
59	11.488	Presidente Kennedy	0,00	NA	NA	0,00
60	19.009	Rio Bananal	0,00	319.671.159,39	0,00%	0,00
61	11.618	Rio Novo do Sul	0,00	112.369.241,62	0,00%	0,00
62	12.300	Santa Leopoldina	0,00	152.470.274,54	0,00%	0,00
63	39.849	Santa Maria de Jetibá	0,00	314.120.244,84	0,00%	0,00
64	23.392	Santa Teresa	0,00	247.516.107,53	0,00%	0,00
65	8.589	São Domingos do Norte	155.207,60	104.394.795,20	0,15%	18,07
66	37.361	São Gabriel da Palha	125.492,68	254.789.462,63	0,05%	3,36
67	10.566	São José do Calçado	0,00	NA	NA	0,00
68	128.542	São Mateus	506.897,04	1.002.074.463,14	0,05%	3,94
69	12.318	São Roque do Canaã	0,00	109.628.753,22	0,00%	0,00
70	507.598	Serra	91.178,71	3.978.920.243,62	0,00%	0,18
71	29.449	Sooretama	741.855,85	206.102.681,49	0,36%	25,19

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Trabalho</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Trabalho 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Trabalho</b>	<b>Desp. c/ Trabalho <i>Per Capita</i></b>
72	21.207	Vargem Alta	74.271,72	NA	NA	3,50
73	24.800	Venda Nova do Imigrante	1.185.549,31	217.006.203,88	0,55%	47,80
74	76.954	Viana	0,00	536.661.627,53	0,00%	0,00
75	9.171	Vila Pavão	0,00	107.412.286,70	0,00%	0,00
76	14.087	Vila Valério	13.810,00	159.239.232,18	0,01%	0,98
77	486.208	Vila Velha	1.477.150,06	2.839.311.998,66	0,05%	3,04
78	358.267	Vitória	28.084.790,53	7.129.232.980,06	0,39%	78,39

Fonte: COMPARA BRASIL, 2019; Elaborado pelo autor.

## ANEXO I – DADOS DAS DESPESAS PÚBLICAS COM TRANSPORTE

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Transporte</b>						
N	População	Municípios	Desp. Transporte 2002 a 2010	Total Geral Despesas 2002 a 2010	% Desp. c/ Transporte	Desp. c/ Transporte <i>Per Capita</i>
1	30.720	Afonso Cláudio	NA	195.730.430,99	NA	NA
2	11.131	Água Doce do Norte	7.175.519,69	126.780.256,19	5,66%	644,64
3	9.653	Águia Branca	1.261.944,08	362.742.916,35	0,35%	130,73
4	30.568	Alegre	4.406.746,83	309.366.017,02	1,42%	144,16
5	14.566	Alfredo Chaves	449.834,53	151.300.516,76	0,30%	30,88
6	7.798	Alto Rio Novo	NA	90.261.366,21	NA	NA
7	28.736	Anchieta	8.646.053,17	653.507.423,52	1,32%	300,88
8	7.580	Apiacá	57.088,83	NA	NA	7,53
9	99.305	Aracruz	8.518.296,29	1.543.490.899,90	0,55%	85,78
10	11.765	Atilio Vivacqua	274.395,64	122.119.977,37	0,22%	23,32
11	30.862	Baixo Guandu	11.219.695,05	312.717.986,45	3,59%	363,54
12	44.315	Barra de São Francisco	NA	322.717.114,43	NA	NA
13	14.982	Boa Esperança	0,00	148.573.317,46	0,00%	0,00
14	9.910	Bom Jesus do Norte	NA	NA	NA	NA
15	12.381	Brejetuba	7.163.876,10	146.836.013,58	4,88%	578,62
16	207.324	Cachoeiro de Itapemirim	27.323.253,71	1.387.586.042,02	1,97%	131,79
17	378.603	Cariacica	3.994.459,72	198.340.879,36	2,01%	10,55
18	37.317	Castelo	13.634.594,55	142.705.001,76	9,55%	365,37
19	121.580	Colatina	10.185.883,08	1.020.530.173,73	1,00%	83,78
20	30.849	Conceição da Barra	4.845.052,45	199.163.982,94	2,43%	157,06
21	12.638	Conceição do Castelo	NA	244.486.974,12	NA	NA

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Transporte</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Transporte 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Transporte</b>	<b>Desp. c/ Transporte Per Capita</b>
22	4.338	Divino de São Lourenço	5.436.257,52	67.144.629,67	8,10%	1.253,17
23	33.711	Domingos Martins	NA	98.708.452,87	NA	NA
24	6.727	Dores do Rio Preto	NA	396.837.325,48	NA	NA
25	23.014	Ecoporanga	544.078,12	237.836.591,95	0,23%	23,64
26	21.061	Fundão	0,00	NA	NA	0,00
27	12.535	Governador Lindenberg	627.638,93	133.475.025,14	0,47%	50,07
28	30.607	Guaçuí	277.000,00	268.095.361,50	0,10%	9,05
29	122.982	Guarapari	2.333.096,13	784.240.374,75	0,30%	18,97
30	25.732	Ibatiba	6.410.296,84	193.026.974,62	3,32%	249,12
31	12.365	Ibiraçu	2.614.144,56	329.336.495,03	0,79%	211,41
32	8.919	Ibitirama	3.810,00	104.626.073,03	0,00%	0,43
33	13.745	Iconha	116.497,47	151.999.991,23	0,08%	8,48
34	13.226	Irupi	7.122.720,66	121.143.896,11	5,88%	538,54
35	14.109	Itaguaçu	10.548.834,76	NA	NA	747,67
36	34.032	Itapemirim	15.410.158,87	197.163.579,16	7,82%	452,81
37	10.619	Itarana	1.183.511,25	122.713.305,49	0,96%	111,45
38	29.030	Iúna	9.524.967,10	98.722.800,08	9,65%	328,11
39	29.904	Jaguaré	20.021.356,90	116.339.957,45	17,21%	669,52
40	11.744	Jerônimo Monteiro	60.463,00	113.353.905,07	0,05%	5,15
41	16.614	João Neiva	1.071.989,59	202.593.656,67	0,53%	64,52
42	10.961	Laranja da Terra	NA	119.378.979,91	NA	NA
43	170.364	Linhares	22.108.181,25	1.677.606.109,72	1,32%	129,77
44	15.194	Mantenópolis	858.966,90	130.598.772,47	0,66%	56,53
45	38.108	Marataízes	0,00	122.509.946,31	0,00%	0,00
46	16.464	Marechal Floriano	9.505.464,19	170.377.867,16	5,58%	577,35
47	12.700	Marilândia	0,00	254.100.484,56	0,00%	0,00

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Transporte</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Transporte 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Transporte</b>	<b>Desp. c/ Transporte Per Capita</b>
48	26.191	Mimoso do Sul	432.222,88	153.210.928,45	0,28%	16,50
49	18.770	Montanha	12.480.465,22	268.751.369,67	4,64%	664,92
50	5.552	Mucurici	5.820.137,94	232.222.126,83	2,51%	1.048,30
51	17.613	Muniz Freire	4.224.573,08	203.355.578,18	2,08%	239,86
52	15.370	Muqui	3.102.234,66	NA	NA	201,84
53	49.780	Nova Venécia	9.526.943,02	412.726.510,65	2,31%	191,38
54	23.059	Pancas	NA	NA	NA	NA
55	25.982	Pedro Canário	4.380.929,01	77.779.527,65	5,63%	168,61
56	26.763	Pinheiros	0,00	242.200.998,61	0,00%	0,00
57	21.363	Piúma	0,00	175.997.190,36	0,00%	0,00
58	7.784	Ponto Belo	4.594.845,15	326.103.090,91	1,41%	590,29
59	11.488	Presidente Kennedy	936.205,02	NA	NA	81,49
60	19.009	Rio Bananal	1.739.489,78	319.671.159,39	0,54%	91,51
61	11.618	Rio Novo do Sul	4.936.913,12	112.369.241,62	4,39%	424,94
62	12.300	Santa Leopoldina	1.319.683,20	152.470.274,54	0,87%	107,29
63	39.849	Santa Maria de Jetibá	14.090.721,31	314.120.244,84	4,49%	353,60
64	23.392	Santa Teresa	2.227.115,35	247.516.107,53	0,90%	95,21
65	8.589	São Domingos do Norte	4.704.816,20	104.394.795,20	4,51%	547,77
66	37.361	São Gabriel da Palha	8.274.256,53	254.789.462,63	3,25%	221,47
67	10.566	São José do Calçado	696.401,00	NA	NA	65,91
68	128.542	São Mateus	21.156,80	1.002.074.463,14	0,00%	0,16
69	12.318	São Roque do Canaã	2.643.137,13	109.628.753,22	2,41%	214,58
70	507.598	Serra	0,00	3.978.920.243,62	0,00%	0,00
71	29.449	Sooretama	9.852.613,63	206.102.681,49	4,78%	334,57

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Transporte</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Transporte 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Transporte</b>	<b>Desp. c/ Transporte Per Capita</b>
72	21.207	Vargem Alta	8.414.229,58	NA	NA	396,77
73	24.800	Venda Nova do Imigrante	12.974.113,74	217.006.203,88	5,98%	523,15
74	76.954	Viana	100.837,00	536.661.627,53	0,02%	1,31
75	9.171	Vila Pavão	3.409.523,48	107.412.286,70	3,17%	371,77
76	14.087	Vila Valério	12.193.333,57	159.239.232,18	7,66%	865,57
77	486.208	Vila Velha	45.182.983,54	2.839.311.998,66	1,59%	92,93
78	358.267	Vitória	0,00	7.129.232.980,06	0,00%	0,00

Fonte: COMPARA BRASIL, 2019; Elaborado pelo autor.

## ANEXO J – DADOS DAS DESPESAS PÚBLICAS COM URBANISMO

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Urbanismo</b>						
N	População	Municípios	Desp. Urbanismo 2002 a 2010	Total Geral Despesas 2002 a 2010	% Desp. c/ Urbanismo	Desp. c/ Urbanismo <i>Per Capita</i>
1	30.720	Afonso Cláudio	NA	195.730.430,99	NA	NA
2	11.131	Água Doce do Norte	14.184.246,06	126.780.256,19	11,19%	1.274,30
3	9.653	Águia Branca	4.815.583,28	362.742.916,35	1,33%	498,87
4	30.568	Alegre	17.549.654,69	309.366.017,02	5,67%	574,12
5	14.566	Alfredo Chaves	11.396.727,49	151.300.516,76	7,53%	782,42
6	7.798	Alto Rio Novo	NA	90.261.366,21	NA	NA
7	28.736	Anchieta	107.796.358,25	653.507.423,52	16,50%	3.751,27
8	7.580	Apiacá	1.726.056,27	NA	NA	227,71
9	99.305	Aracruz	273.553.905,32	1.543.490.899,90	17,72%	2.754,68
10	11.765	Atilio Vivacqua	14.388.396,99	122.119.977,37	11,78%	1.222,98
11	30.862	Baixo Guandu	39.605.252,39	312.717.986,45	12,66%	1.283,30
12	44.315	Barra de São Francisco	NA	322.717.114,43	NA	NA
13	14.982	Boa Esperança	20.207.792,22	148.573.317,46	13,60%	1.348,80
14	9.910	Bom Jesus do Norte	NA	NA	NA	NA
15	12.381	Brejetuba	4.152.929,66	146.836.013,58	2,83%	335,43
16	207.324	Cachoeiro de Itapemirim	138.941.537,91	1.387.586.042,02	10,01%	670,17
17	378.603	Cariacica	229.471.298,03	198.340.879,36	115,70%	606,10
18	37.317	Castelo	17.800.285,82	142.705.001,76	12,47%	477,00
19	121.580	Colatina	111.932.128,75	1.020.530.173,73	10,97%	920,65
20	30.849	Conceição da Barra	25.433.341,08	199.163.982,94	12,77%	824,45
21	12.638	Conceição do Castelo	8.946.258,54	244.486.974,12	3,66%	707,89

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Urbanismo</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Urbanismo 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Urbanismo</b>	<b>Desp. c/ Urbanismo Per Capita</b>
22	4.338	Divino de São Lourenço	NA	67.144.629,67	NA	NA
23	33.711	Domingos Martins	NA	98.708.452,87	NA	NA
24	6.727	Dores do Rio Preto	NA	396.837.325,48	NA	NA
25	23.014	Ecoporanga	23.621.392,65	237.836.591,95	9,93%	1.026,39
26	21.061	Fundão	24.986.607,15	NA	NA	1.186,39
27	12.535	Governador Lindenberg	3.768.269,06	133.475.025,14	2,82%	300,62
28	30.607	Guaçuí	23.621.735,48	268.095.361,50	8,81%	771,78
29	122.982	Guarapari	99.711.236,54	784.240.374,75	12,71%	810,78
30	25.732	Ibatiba	8.507.937,65	193.026.974,62	4,41%	330,64
31	12.365	Ibiraçu	18.121.281,53	329.336.495,03	5,50%	1.465,53
32	8.919	Ibitirama	3.515.909,56	104.626.073,03	3,36%	394,20
33	13.745	Iconha	16.632.980,72	151.999.991,23	10,94%	1.210,11
34	13.226	Irupi	7.576.637,05	121.143.896,11	6,25%	572,86
35	14.109	Itaguaçu	10.176.399,95	NA	NA	721,27
36	34.032	Itapemirim	48.574.225,76	197.163.579,16	24,64%	1.427,31
37	10.619	Itarana	7.558.323,17	122.713.305,49	6,16%	711,77
38	29.030	Iúna	24.296.713,63	98.722.800,08	24,61%	836,95
39	29.904	Jaguaré	34.236.773,70	116.339.957,45	29,43%	1.144,89
40	11.744	Jerônimo Monteiro	4.642.207,50	113.353.905,07	4,10%	395,28
41	16.614	João Neiva	19.911.056,34	202.593.656,67	9,83%	1.198,45
42	10.961	Laranja da Terra	NA	119.378.979,91	NA	NA
43	170.364	Linhares	341.157.425,32	1.677.606.109,72	20,34%	2.002,52
44	15.194	Mantenópolis	20.769.115,00	130.598.772,47	15,90%	1.366,93
45	38.108	Marataízes	24.952.259,03	122.509.946,31	20,37%	654,78
46	16.464	Marechal Floriano	13.704.544,16	170.377.867,16	8,04%	832,39
47	12.700	Marilândia	6.199.629,09	254.100.484,56	2,44%	488,16

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Urbanismo</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Urbanismo 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Urbanismo</b>	<b>Desp. c/ Urbanismo Per Capita</b>
48	26.191	Mimoso do Sul	4.538.873,02	153.210.928,45	2,96%	173,30
49	18.770	Montanha	22.409.217,04	268.751.369,67	8,34%	1.193,88
50	5.552	Mucurici	10.843.330,14	232.222.126,83	4,67%	1.953,05
51	17.613	Muniz Freire	20.131.992,98	203.355.578,18	9,90%	1.143,02
52	15.370	Muqui	16.577.419,73	NA	NA	1.078,56
53	49.780	Nova Venécia	29.783.733,12	412.726.510,65	7,22%	598,31
54	23.059	Pancas	NA	NA	NA	NA
55	25.982	Pedro Canário	10.536.524,34	77.779.527,65	13,55%	405,53
56	26.763	Pinheiros	NA	242.200.998,61	NA	NA
57	21.363	Piúma	25.148.451,20	175.997.190,36	14,29%	1.177,20
58	7.784	Ponto Belo	9.184.744,57	326.103.090,91	2,82%	1.179,95
59	11.488	Presidente Kennedy	26.035.350,06	NA	NA	2.266,31
60	19.009	Rio Bananal	6.927.980,86	319.671.159,39	2,17%	364,46
61	11.618	Rio Novo do Sul	4.440.456,18	112.369.241,62	3,95%	382,20
62	12.300	Santa Leopoldina	4.501.215,78	152.470.274,54	2,95%	365,95
63	39.849	Santa Maria de Jetibá	11.620.250,86	314.120.244,84	3,70%	291,61
64	23.392	Santa Teresa	26.837.103,93	247.516.107,53	10,84%	1.147,28
65	8.589	São Domingos do Norte	7.892.039,96	104.394.795,20	7,56%	918,85
66	37.361	São Gabriel da Palha	36.518.949,28	254.789.462,63	14,33%	977,46
67	10.566	São José do Calçado	18.046.759,00	NA	NA	1.708,00
68	128.542	São Mateus	160.510.892,10	1.002.074.463,14	16,02%	1.248,70
69	12.318	São Roque do Canaã	9.386.986,53	109.628.753,22	8,56%	762,05
70	507.598	Serra	1.000.047.555,00	3.978.920.243,62	25,13%	1.970,16
71	29.449	Sooretama	4.533.523,07	206.102.681,49	2,20%	153,94

<b>Dados das Despesas Públicas de 2002 a 2010 por Função: Urbanismo</b>						
<b>N</b>	<b>População</b>	<b>Municípios</b>	<b>Desp. Urbanismo 2002 a 2010</b>	<b>Total Geral Despesas 2002 a 2010</b>	<b>% Desp. c/ Urbanismo</b>	<b>Desp. c/ Urbanismo Per Capita</b>
72	21.207	Vargem Alta	NA	NA	NA	NA
73	24.800	Venda Nova do Imigrante	28.574.218,01	217.006.203,88	13,17%	1.152,19
74	76.954	Viana	46.873.664,69	536.661.627,53	8,73%	609,11
75	9.171	Vila Pavão	3.255.221,51	107.412.286,70	3,03%	354,95
76	14.087	Vila Valério	NA	159.239.232,18	NA	NA
77	486.208	Vila Velha	572.691.014,85	2.839.311.998,66	20,17%	1.177,87
78	358.267	Vitória	1.405.479.338,39	7.129.232.980,06	19,71%	3.922,99

Fonte: COMPARA BRASIL, 2019; Elaborado pelo autor.